



Número: **0802500-14.2020.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **8ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **07/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 6.750,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
PEDRO SILVA DE MELO (AUTOR)		PATRICIO CANDIDO PEREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
28064743	07/02/2020 09:34	Petição Inicial	Petição Inicial
28065660	07/02/2020 09:34	ação de DPVAT- invalidez - Pedro da Silva de Melo	Outros Documentos
28065659	07/02/2020 09:34	comprovante de negativa administrativamente junto a lider	Documento de Comprovação
28065658	07/02/2020 09:34	documentos pessoais e comprovante de residencia em nome da mae	Documento de Identificação
28065657	07/02/2020 09:34	boletim policial	Documento de Comprovação
28065656	07/02/2020 09:34	declaração do SAMU	Documento Termo de Fiança
28065655	07/02/2020 09:34	prontuario medico - HETDLGF (1)	Documento de Comprovação
28065653	07/02/2020 09:34	prontuario medico - HETDLGF (2)	Documento de Comprovação
28065651	07/02/2020 09:34	Guia de custas previas	Documento de Comprovação
28072443	07/02/2020 10:45	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
28072764	07/02/2020 10:46	Mandado	Mandado
28609106	28/02/2020 08:12	Certidão de Decurso de prazo autora	Certidão de Decurso de prazo
28657380	02/03/2020 09:09	juntada de procuração	Petição
28657385	02/03/2020 09:09	procuração publica	Procuração
28839057	09/03/2020 08:40	Despacho	Despacho
28839070	09/03/2020 08:40	Consulta - DPVAT - 0802500-14.2020	Documento de Comprovação
29088187	13/03/2020 12:20	Mandado	Mandado
29864783	15/04/2020 09:33	Petição	Petição
29864793	15/04/2020 09:33	petição - justificativa de negativa administrativa por não recebimento de documentação complementar	Documento de Comprovação

29864 792	15/04/2020 09:33	documentos comprobatórios	Documento de Comprovação
29934 461	17/04/2020 08:23	Sentença	Sentença
29949 671	17/04/2020 11:04	Mandado	Mandado
30802 130	20/05/2020 09:24	Apelação	Apelação
30802 137	20/05/2020 09:24	Apelação - carencia de ação - falta de interesse de agir - suposto pedido administrativo deficiente	Apelação
31674 128	18/06/2020 14:04	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
31674 133	18/06/2020 14:05	Carta	Carta

PETIÇÃO INICIAL EM PDF



EXCELENTÍSSIMO(A) SR(A) DR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA
COMARCA DE **CAMPINA GRANDE/PARAIBA.**

-PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA;
-PROCESSO **NEGADO ADMINISTRATIVAMENTE** JUNTO A LIDER;

PEDRO SILVA DE MELO, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do RG nº 3.728.814 SSDS/PB, CPF nº 113.576.974-57, residente e domiciliado na TRAVESSA INACIO ALVES DE QUEIROZ, Nº 121, PEDROLÂNDIA, LAGOA SECA/PB, CEP.: 58.117-000, por intermédio de seu advogado e procurador *in fine* assinado, procuração anexa (doc. 01), **com endereço Profissional na Rua Santa Catarina, nº 833, Bairro da Liberdade, na Cidade de Campina Grande/PB, CEP.: 58.414-035, fone: (83) 98700-8099, (83) 99935-9957, E-mail: patricioadv@hotmail.com,** com fundamento na Lei nº 6.194/1974 e Código Civil, vem perante Vossa Excelência, promover a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA
(DPVAT/ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO)
INVALIDEZ PERMANENTE**

Em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 09.248.608/0001-04, podendo ser citada por intermédio de seu representante legal, na RUA DA ASSEMBLEIA, nº 100, 26º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP.: 20011-904,** expondo e requerendo ao final o seguinte:

AB INITIO, diante da situação em que se encontra o promovente, requesta inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso à Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

Douto Julgador, é sabido que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, **nada basta além do simples pedido**, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial. Assim apregoa a Lei de nº 1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º *caput*, que nos diz o seguinte:

ART. 4º CAPUT: "A PARTE GOZARÁ DOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA, **MEDIANTE SIMPLES AFIRMAÇÃO**, NA PRÓPRIA PETIÇÃO INICIAL, DE QUE NÃO ESTÁ EM CONDIÇÕES DE PAGAR AS CUSTAS DO PROCESSO E OS HONORÁRIOS DE ADVOGADO, SEM PREJUÍZO PRÓPRIO OU DE SUA FAMÍLIA".

Assim, procura-se evitar que alguém tenha frustrada a busca ou a defesa de seus direitos em decorrência de sua condição social, ou por insuficiência de meios econômicos. Em resumo, a prestação de assistência judiciária visa a assegurar duas garantias fundamentais: a igualdade de todos e o acesso a Justiça.

-PRELIMINARMENTE:



Inicialmente, antes de adentrarmos nos fatos da presente Demanda, cumpre-nos informar que a parte autora requereu administrativamente junto a PROMOVIDA, através do SINISTRO Nº 3190443237 e teve seu pedido NEGADO ADMINISTRATIVAMENTE.

-DOS FATOS:

O promovente foi vítima de acidente automobilístico, **fato verificado no início da tarde do dia 23 DE DEZEMBRO DE 2017**, na Rodovia Estadual que liga a cidade de Alagoa Nova/PB a Matinhas/PB.

O sinistro se deu quando o **autor ia na condição de passageiro** na motocicleta **HONDA CG 125 FAN KS - COR PRETA - ANO 2012/2013 - PLACAS EXK 2659 PB**, conduzida por CRISTIANO DO NASCIMENTO SANTOS, e na referida Rodovia, foram atingidos por outra motocicleta que vinha em sentido contrario, cujo condutor vinha empinando a moto, ocasionando o sinistro.

Tudo conforme BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL – VERSANDO SOBRE ACIDENTE DE TRÂNSITO anexado a inicial.

BOLETIM DE OCORRÊNCIA
Nº00185.01.2018.2.00.420



OCORRÊNCIA(S)

Suposto(s) Autor(es):
Tipificação 1: LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO
Data da Ocorrência: 23/12/2017 Hora: 12:51:00
Forma da Comunicação: Verbal
Endereço: Pb Que Liga Alagoa Nova a Matinhas/pb, [Indeterminado], Matinhas, PB.
Ponto de referência: Perto do Posto de Gasolina

PARTE(S)

VÍTIMA	Nome: Pedro Silva de Melo
	Conhecido por: Não informado
	Filiação: Severina Silva de Melo e João Ferreira de Melo
	Idade: 27 Data de Nascimento: 11/10/1990 Identidade de Gênero: masculino
	Nacionalidade: brasileira Naturalidade: Lagoa Seca
	Estado Civil: união estável
	Escolaridade: Sem instrução Profissão: Agricultor

HISTÓRICO

Informa o comunicante/vítima, que no dia, hora e local já descritos, ia na garupa da Motocicleta Honda/CG 125 FAN KS, Ano/Modelo 2012/2013, cor preta, Placa EXK-2659-PB, Chassi de Nº 9C2JC4110DR109172, licenciada em nome de Francinaldo Alves de Sousa, (piloto da Moto no momento do acidente Cristiano do Nascimento Santos), quando trafegavam na PB que liga Alagoa Nova a Matinhas/PB, momento em que o piloto da outra motocicleta de sinais e condutor não identificado, que vinha empinando a citada moto em sentido contrário da via, este perdeu o controle de direção da moto e atingiu a vítima que vinha na garupa de outra motocicleta, vindo a cair ao solo e sofrido fratura exposta da Tíbia na perna esquerda, Lesão no Joelho esquerdo e escoriações pelo corpo, sendo socorrida pelo SAMU e encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma, nesta cidade. Na ocasião do acidente o tempo apresentava-se bom, com via seca e boa visibilidade, não se encontrando o envolvido sob a influência de bebidas alcoólicas. Não compareceram os Policiais Militares do CPTRAN, razão pela qual não foi elaborado o Boletim de Acidente de Trânsito. Afirma a vítima não ter o desejo de Representar Criminalmente contra o condutor do veículo causador do acidente.

Nada mais disse. Encerrado está o presente termo.

O autor foi socorrido pelo SAMU (declaração em anexo):



Declaramos para todos os fins de direito que fizeram necessários que Pedro Silva de Melo, RG: 3.728.814 SSP/PB, CNS: 707.8096.35203-912, foi atendido pelo nosso serviço registrado sobre o Nº1660503, em 23/12/2017 às 12:51hs, na USB 035 de Alagoa Nova -PB, vítima de ACIDENTE DE MOTO, consciente, apresentando fratura exposta de tíbia esq, torção e hematoma em região patelar. Feito atendimento de acordo com o protocolo e encaminhado para HTCG, com a autorização do médico regulador.

ALAGOA NOVA - PB, 25/01/2018

Janécide Maria Costa Sampaio
ENFERMEIRA COREN 110600
COORDENADORA SAMU
Matrícula 3192
JANÉCIDE MARIA COSTA SAMPAIO
COORDENADORA SAMU 192 ALAGOA NOVA - PB
COREN 110600 PB

Devido a gravidades das lesões, o autor foi encaminhado para o HOSPITAL DE EMERGENCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES, nesta cidade de Campina Grande/PB, onde permaneceu internado por vários dias, em especial, **fraturas nos ossos da perna esquerda, onde sofreu intervenção cirúrgica.**

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

SECRETARIA DE SAÚDE

ATENDIMENTO URGÊNCIA

PRONT (B.E) Nº: 1567152 CLASS. DE RISCO: VERMELHO

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES CNPJ: 08.778.268/0038-52

Av. Mal. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas, Campina Grande - PB, CEP: 58432-809 Data: 23/12/2017

Boletim de Emergência (B.E) - Modelo 07 Atendente: Gisele De Oliveira Lopes

PACIENTE: PEDRO SILVA DE MELO CEP: 58117000 Nascimento: 23/12/1992

Endereço: INACIO ALVES DE QUEIROZ Sexo: M Telefone: 991828386

Cidade: Lagoa Seca Idade: 025 Bairro: CENTRO

Nome da Mãe: SEVERINA SILVA DE MELO RG: Nº: 121

Responsável: FELIPE SILVA DE MELO CPF: Profissão: AGRICULTOR

Estado Civil: Solteiro(a) Data de Atend: 23/12/2017 CNS: 5426597556

Motivo: ACIDENTE DE MOTO MOTO X MOTO Hora: 14:28:18 CONVÊNIO: SUS

Médico:



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Ficha de Acolhimento

Nome: Pedro Silva de Melo

End: R. Inacio Alves de Queiroz 191 Bairro: Centro

Data de Nascimento: 23 anos Documento de Identificação: Lagoa Seca PB

Queixa: Ac. moto Data do Atend.: 23/12/17 Hora: 14:21 Documento:

Acidente de trabalho? () Sim () Não

Classificação de Risco



GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Nome do Paciente		Nº Prontuário	
Pedro Silva de Melo			
Data da Operação	Enf.	Leito	
Operador	Dr. Luiz Juvenal	1º Auxiliar	
2º Auxiliar	3º Auxiliar	Instrumentador	
Anestesia	Dr. Santana	Tipo de Anestesia	
Diagnóstico Pré-Operatório			
Fratura exposta de tíbia e fíbula			
Tipo de Operação			





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES**

Nome do Paciente <i>Pedro Silva de Melo</i>		Nº Prontuário	
Data da Operação <i>16/01/18</i>	Enf. <i>ORTOP</i>	Leito <i>9.7</i>	
Operador <i>Dr Felipe Guedes</i>		1º Auxiliar <i>Dr Juliano MR</i>	
2º Auxiliar	3º Auxiliar	Instrumentador	
Anestesia	Tipo de Anestesia		
Diagnóstico Pré-Operatório <i>Fratura de fêmur distal e tibia proximal E</i>			
Tipo de Operação			

Sabendo da existência do seguro obrigatório DPVAT, aciona a PROMOVER para que fosse paga a respectiva apólice, pois todos os proprietários de veículos automotores pagam anualmente o seguro de acidentes pessoais obrigatório. A norma legal ainda determina que a seguradora terá o prazo de 15 (quinze) dias para o pagamento do DPVAT, **O QUE NA REALIDADE NÃO ACONTECE.**

Percebe-se, MM. Magistrado, que para o pagamento do seguro obrigatório só precisa SIMPLES PROVA DO ACIDENTE, bem como, que esta **seqüela foi decorrente de acidente automobilístico.** Senão vejamos, o que têm decidido nossos Tribunais Pátrios:

"34022772 - INDENIZAÇÃO - SEGURO - DPVAT - ACIDENTE DE TRÂNSITO - INVALIDEZ PERMANENTE - PROVA - Evidenciado nos autos as provas necessárias a demonstrar o acidente de trânsito e os danos permanentes na vítima, impõe-se o pagamento do seguro obrigatório DPVAT. (TAMG - AC 0315761-7 - 6º Cív. - Rel. Juiz Dárcio Lopardi Mendes - J. 21.09.2000)"

RECURSO: 621/05 (PROC. 44.530/04) - SEGURO DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE - PERÍCIA TÉCNICA - INEXATIDÃO DO GRAU DE INVALIDEZ - DESNECESSIDADE - VALOR DA INDENIZAÇÃO

CIVIL - INDENIZAÇÃO - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE - PERÍCIA TÉCNICA. INEXATIDÃO DO GRAU DE INVALIDEZ. DESNECESSIDADE. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZADO ESPECIAL CÍVEL REPELIDA. VALOR DA INDENIZAÇÃO CONSOANTE A LEI DE REGÊNCIA. 1) - Se os elementos de prova dos autos, aliados à verossimilhança da versão do ofendido e de outras provas documentais, fazem emergir claramente o nexo causal entre o fato, as lesões e suas conseqüências, desnecessária se torna a realização de perícia técnica, não havendo o que se falar em complexidade da matéria probante que pudesse afastar a competência do Juizado Especial Cível. 2) - Configurada de modo efetivo, a invalidez permanente, ainda que não tenha resultado privação para o exercício laboral, faz jus a vítima ao seguro obrigatório, em percentual correspondente à extensão da lesão, porquanto as normas que regem a matéria não exigem a inteireza da invalidez, ou uma certa medida da perda física, mas a contempla em qualquer grau em que se verifique, desde que se defina a proporção real entre o dano e o seu valor. 3) - O quantum da condenação fixado em salários mínimos não representa fator social de correção e sim base de quantificação do montante ressarcitório, não podendo ser limitada por atos administrativos normativos de hierarquia inferior. 4) - Recurso conhecido e improvido. (Relator Juiz MARCONI MARINHO, Julgado em 08 de junho de 2005).

-DO VALOR DEVIDO SEGUNDO DETERMINAÇÃO LEGAL:

A Lei nº. 6.194/74, que disciplina e rege o seguro obrigatório DPVAT, determina o pagamento da indenização às vítimas de acidente de trânsito, em casos de invalidez, conforme dispõe o art. 3º alínea b, determina o seguinte:

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).(...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)" - grifamos



Além do mais, na Lei 11.945 de 2009, que alterou a Lei do DPVAT de nº 6.194/74, trouxe consigo uma tabela onde delimita já o percentual a ser pago, independente de percentual pericial, exigindo apenas a comprovação da lesão sofrida por profissional competente, tanto o é, que a Unidade de Medicina Legal não mais delimita tal percentual nos seus laudos, tomando como parâmetro a referida Lei.

Notadamente, a indenização coberta pelo Seguro DPVAT tem como fato gerador os danos pessoais advindos de acidente de trânsito ou daquele decorrente da carga transportada por veículo automotor terrestre, **não ostentando, portanto, vinculação exclusiva com a incapacidade laborativa, a qual encontra sua reparação no âmbito previdenciário.** Recentemente, o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, através da publicação do Recurso Especial 876.102 DF, PUBLICADO EM 01/02/2012, tem entendido:

RESPONSABILIDADE CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO DPVAT. LEI 6.194/74. INCAPACIDADE PERMANENTE. CONCEITO E EXTENSÃO. DEFORMIDADE FÍSICA PERMANENTE LIMITADORA DA PRÁTICA DE ATIVIDADES COSTUMEIRAS.

1. O Seguro DPVAT tem a finalidade de amparar as vítimas de acidentes causados por veículos automotores terrestres ou pela carga transportada, ostentando a natureza de seguro de danos pessoais, cujo escopo é eminentemente social, porquanto transfere para o segurador os efeitos econômicos do risco da responsabilidade civil do proprietário em reparar danos a vítimas de trânsito, independentemente da existência de culpa no sinistro.

2. Em interpretação sistemática da legislação securitária (Lei 6.194/74), a "incapacidade permanente" é a deformidade física decorrente de lesões corporais graves, que não desaparecem nem se modificam para melhor com as medidas terapêuticas comuns, habituais e aceitas pela ciência da época.

3. A "incapacidade" pressupõe qualquer atividade desempenhada pela vítima - a prática de atos do cotidiano, o trabalho ou o esporte, indistintamente - e, por óbvio, implica mudança compulsória e indesejada de vida do indivíduo, ocasionando-lhe dissabor, dor e sofrimento.

4. No caso em exame, a sentença, com ampla cognição fático-probatória, consignou a deformidade física parcial e permanente do recorrente em virtude do acidente de trânsito, encontrando-se satisfeitos os requisitos exigidos pelo art. 5º da Lei 6.194/74 para configuração da obrigação de indenizar.

5. Recurso especial provido para reconhecer o direito do recorrente à indenização, restabelecendo a sentença inclusive quanto aos ônus sucumbenciais.

(REsp 876102/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 22/11/2011, DJe 01/02/2012)

Destarte, em interpretação sistemática da legislação securitária de danos pessoais, a "incapacidade permanente" é a deformidade ou debilidade física decorrente de lesões corporais graves, que não desaparecem nem se modificam para melhor com as medidas terapêuticas comuns, habituais e aceitas pela ciência da época. É o que se infere das definições encontradas em consultas realizadas nos seguintes sítios oficiais:

a) da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP: "perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de membro ou órgão decorrente de acidente pessoal" (www.susep.gov.br);

b) do Seguro DPVAT: "a perda ou redução, em caráter definitivo, das funções de um membro ou órgão, em decorrência de acidente provocado por veículo automotor" (www.dpvatseguro.com.br).

Impende salientar que a aferição da extensão da perda ou redução das funções do membro ou órgão da vítima de acidente com veículo automotor ou carga transportada, é realizada com supedâneo em exame pericial e demais documentos comprobatórios, portanto, analisada nas instâncias ordinárias, as quais detêm ampla cognição fático-probatória para esse mister.

Não obstante, insta salientar que a "incapacidade" pressupõe qualquer atividade desempenhada pela vítima - a prática de atos do cotidiano, o trabalho ou o esporte, indistintamente -, o que, por óbvio, implica a mudança compulsória e indesejada de vida, ocasionando-lhe dissabor, dor e sofrimento. Destarte, caracterizada a deformidade física parcial e permanente do recorrente em virtude de acidente de trânsito, encontram-se satisfeitos os requisitos exigidos pela Lei 6.194/74 para que se configure o dever de indenizar, conforme art. 5º. Da referida Lei. Neste sentido, os seguintes julgados do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:



“Ação de Cobrança - Preliminar - Carência de Ação - Rejeitada - Preliminar - Indeferimento da Inicial - Rejeitada - DPVAT - Invalidez Permanente - Comprovação - Indenização - Devida - Litigância De Má-Fé - Condenação Indevida - Honorários Advocatícios - Valor - Manutenção - Reforma Parcial Da R. Sentença. A cobrança judicial da indenização do seguro DPVAT não depende do prévio esgotamento da via administrativa pelo beneficiário, já que a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XXXV dispõe que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito. Devido o pagamento do seguro obrigatório garantido pela Lei n. 6.194/74, já que restou provado que a debilidade permanente do membro superior direito da parte apelada foi causada por acidente com veículo automotor terrestre. Inteligência do artigo 5º da Lei n. 6.194/74. Uma lesão permanente na vítima não pode ser quantificada de forma matemática, como se cada parte do corpo tivesse um determinado percentual de utilidade. Tal assertiva se mostra até mesmo imoral, porque afronta o fim social da imposição do seguro. Conforme já esposado, o corpo humano é como se fosse uma máquina na qual cada peça desempenhasse um papel vital e fundamental. Se uma destas peças se perde, o desempenho do corpo como um todo, resta fatalmente prejudicado. Daí porque não há como se quantificar a extensão da invalidez no caso de indenização devida em função do seguro obrigatório DPVAT. (...)” (Grifos nossos)

“Ação de Cobrança - Seguro Obrigatório - DPVAT - Invalidez Permanente - Comprovação - Valor da Indenização - Patamar Máximo - 40 Salários Mínimos - Previsão na Lei 6.194/74. Em se tratando de pedido relativo a seguro obrigatório, tendo a lesão sofrida em função de acidente automobilístico causado debilidade permanente, a indenização deve ser arbitrada no grau máximo disposto na legislação. O Conselho Nacional de Seguros Privados não detém competência para estabelecer o quantum indenizável, sendo certo que as portarias ou resoluções por ele editadas não podem alterar ou prevalecer sobre a lei federal que rege a matéria”. (Grifos nossos)

Resta provado que a demandada deve pagar ao promovente a importância acima declinada, cujo valor deve ser devidamente corrigido monetariamente e acrescido de juros, desde a data do evento danoso, tomando-se como base a SÚMULA 54 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, *in verbis*:

“Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso em casos de responsabilidade extra contratual”.

O direito do promovente é **LIQUIDO E CERTO**, basta uma simples interpretação macroscópica para se vislumbrar com a concretividade do caso em tela.

-DO PEDIDO:

DIANTE O EXPOSTO, REQUER a Vossa Excelência de conformidade com a Lei 6.194/74, art. 3º, II, a **PROCEDÊNCIA DA PRESENTE DEMANDA**, para o fim de determinar que o promovido indenize o(a) promovente pela **DEBILIDADE PERMANENTE DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO**, ocasionado por acidente de trânsito (DPVAT), no valor correspondente a **R\$ 6.750,00 (Seis mil, setecentos e cinquenta reais)**, acrescidos de correção monetária plena e juros a base de 1%, retroativos a data do sinistro, ou seja, 23/12/2017, conforme a Súmula 54 do STJ, requerendo ainda:

- 1- Seja citada a Promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão, com fundamento no Art. 246, I, do Novo Código de Processo Civil Pátrio (citação através de AR - Correios e Telégrafos);
- 2- A parte demandante desde já prescinde da audiência de conciliação, haja vista, que na presente demanda é necessário a realização de PERICIA MEDICA NO(A) AUTOR(A). Assim, a realização da mesma se torna onerosa e sem êxito, tanto para as partes quanto para o Poder Judiciário, tudo conforme preceitua o artigo 319, VII, do NCPD;
- 3- Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente nas **provas documental, pericial, testemunhal que serão apresentadas independentemente de intimação, se assim for o entendimento do douto juiz;**
- 4- Seja a demandada **condenada em honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação**, mais custas processuais e demais emolumentos;



5- Finalmente requer a **gratuidade da Justiça** nos termos do art. 2º da Lei n. 1.060/50, por ser o(a) mesmo(a) pobre na forma da lei, bem como, com arrimo no artigo 98 e SS do Novo Código de Processo Civil;

Dá a presente causa o valor de **R\$ 6.750,00 (Seis mil, setecentos e cinquenta reais)**, para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,
Pede e Espera deferimento.

Campina Grande/PB, 05 de fevereiro de 2020.

Patrício Cândido Pereira
OAB/PB n. 13.863-B.

QUESITOS:

- 1- O(a) autor(a) sofreu algum DANO devido ao acidente de trânsito?
- 2- Qual o membro/sentido afetado(s)? Há ou não fratura(s) não-consolidada(s)?
- 3- Sofre o(a) autor(a) alguma invalidez ou debilidade no(s) membro/sentido(s) afetado(s)?
- 4- Caso positivo, qual o grau de invalidez do(s) membro/sentido(s) afetado(s)?
- 5- Esclarecer se existe nexó causal entre o acidente noticiado e a lesão apresentada pelo(a) autor(a)?
- 6- Queira o perito esclarecer tudo que mais julgue necessário.



05/02/2020

Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3190443237 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA PEDRO SILVA DE MELO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO

CORREIOS

BENEFICIÁRIO PEDRO SILVA DE MELO

CPF/CNPJ: 11357697457

Posição em 05-02-2020 10:13:59

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	DATA DE EXPEDIÇÃO
3.728.814	07/01/2009
NOME	PEDRO SILVA DE MELO
FILIAÇÃO	JOÃO FERREIRA DE MELO SEVERINA SILVA DE MELO
NATURALIDADE	LAGOA SECA-PB
DATA DE NASCIMENTO	11/10/1990
DOC. ORIGINAL	NASC. N. 8306 FLS. 77 LIV. 08A
CPF	CARTÓRIO LAGOA SECA/PB
Assinatura do Titular	Assinatura do Diretor
João Pessoa - PB	LEI Nº 7.115 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CPF
(Válido somente com documento de identificação.)
Nº do CPF: 113.576.974-57
Nome: PEDRO SILVA DE MELO
Data de Nascimento: 11/10/1990
Comprovante emitido às 09:09:05 do dia
05/10/2011 (hora e data de Brasília)
Código de Controle do Comprovante:
6680.8007.E9AF.F7A7
Dígito Verificador: 00

SINISTRO





CAGEPA

COMPANHIA DE AGUAS E ESGOTOS DA PARAIBA
AVENIDA FELICIANO CIRNE - CAGEPA - 220 - JAGUARIBE JOAO PESSOA PB 58015-570
CNPJ: 09.123.654/0001-87 - ISNC. ESTADUAL N° 160572029
Informações e/ou Reclamações - Ligue 115

SEGUNDA VIA

Nº Documento: 20200216813081

ESCRITÓRIO

LAGOA SECA

MATRÍCULA

01681308.1

CLIENTE

SEVERINA SILVA DE MELO

CPF/CNPJ:

979.XXX.XXX-XX

CÓDIGO PARA
DÉBITO AUTOMÁTICO
01681308.1

VENCIMENTO

19/02/2020

INSCRIÇÃO

026.003.160.0085.000

ENDEREÇO DO IMÓVEL

TV INACIO ALVES DE QUEIROZ, 121 - PEDROLANDIA LAGOA SECA PB 58117-000

FATURA

02/2020

RESPONSÁVEL ENDEREÇO PARA ENTREGA

ÁGUA

ESGOTO

LIGADO

POTENCIAL

ÚLTIMOS CONSUMOS

01/2020 -	10	12/2019 -	10
11/2019 -	10	10/2019 -	10
09/2019 -	10	08/2019 -	10

ECONOMIAS	CONS. POR ECONOMIA	COD. AUXILIAR
1	10	N 5 10

LEITURA

ANTERIOR	ATUAL
----------	-------

CONSUMO

(M³) DIAS

CONSUMO/DIA

(M³)

10

NºHm:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E TARIFAS

CONSUMO POR FAIXA

VALOR R\$

ÁGUA

RESIDENCIAL 001 UNIDADE

CONSUMO DE ÁGUA

10 M3

37,91

Valor aproximado dos tributos PIS e COFINS, Lei 12.741 de 2012. R\$ 5,71

TOTAL

R\$

37,91

SR. USUARIO: EM 31/12/2019, REGISTRAMOS QUE V.SA. ESTAVA EM DÉBITO.
COMPAREÇA AOS POSTOS DE ATENDIMENTO PARA REGULARIZAR.
CASO TENHA PAGO APÓS A DATA INDICADA, DESCONSIDERE.

INFORMAÇÕES SOBRE O CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO 01/2020

Anexo 20 Portaria 05/2017 MS

Parâmetro	Vl. Médio	Parâmetro	Vl. Médio	Parâmetro	Vl. Médio	Parâmetro	Vl. Médio
Turbidez		Cor Aparente		Bact. Heterotróficas		Colif. Totais	
Cloro (mg/L)		F.H.		Colif. Termotolerantes			

VIA CLIENTE

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Emitido por: INTERNET

Emitido em: 06/02/2020



MATRÍCULA

01681308.1

INSCRIÇÃO

026.003.160.0085.000

FATURA

02/2020

NÃO RECEBER APÓS

28/02/2021



Assinado eletronicamente por: PATRICIO CANDIDO PEREIRA - 07/02/2020 09:34:00

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20020709340012200000027070424>

Número do documento: 20020709340012200000027070424

Num. 28065658 - Pág. 2



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº00185.01.2018.2.00.420

OCORRÊNCIA(S)

Suposto(s) Autor(es):

Tipificação 1: LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO

Data da Ocorrência: 23/12/2017

Hora: 12:51:00

Forma da Comunicação: Verbal

Endereço: Pb Que Liga Alagoa Nova a Matinhas/pb, [Indeterminado], Matinhas, PB.

Ponto de referência: Perto do Posto de Gasolina

PARTE(S)

VITIMA	Nome: Pedro Silva de Melo
	Conhecido por: Não informado
	Filiação: Severina Silva de Melo e João Ferreira de Melo
	Idade: 27 Data de Nascimento: 11/10/1990 Identidade de Gênero: masculino
	Nacionalidade: brasileira Naturalidade: Lagoa Seca
	Estado Civil: união estável
	Escolaridade: Sem instrução Profissão: Agricultor
	Cargo: Não informado Matrícula: Não informado
	Documentos(s) de Identificação: CPF nº 113.576.974-57
	Endereço: Rua Antonio Borges da Costa, 82, Centro, Lagoa Seca, PB
	Complemento: Não informado
TESTEMUNHA	Ponto de referência: Morro Perto da Pracinha de Lagoa Seca
	Telefone: (83) 99380-9087
	Nome: Cristiano do Nascimento Santos
	Conhecido por: Não informado
	Filiação: Vera Lúcia Marques do Nascimento e José Vicente da Silva Santos
	Idade: 31 Data de Nascimento: 15/10/1986 Identidade de Gênero: masculino
	Nacionalidade: brasileira Naturalidade: João Pessoa
	Estado Civil: casado(a)
	Escolaridade: Ensino fundamental incompleto Profissão: Auxiliar de Manutenção
	Cargo: Não informado Matrícula: Não informado
	Documentos(s) de Identificação: CPF nº 052.909.764-85
	Endereço: Rua João Pereira de Arruda, 156, [Indeterminado], Lagoa Seca, PB
	Complemento: bairro Bela Vista
	Ponto de referência: Perto do Posto da Gasolina
	Telefone: (83) 99380-9087

Procedimento Policial: 00185.01.2018.2.00.420





TESTEMUNHA

Nome: Josenildo Andrade de Sousa
Conhecido por: Não informado
Filiação: Severina Trajano de Souza e Ademar Andrade de Sousa
Idade: 44 **Data de Nascimento:** 10/11/1973 **Identidade de Gênero:** masculino
Nacionalidade: brasileira **Naturalidade:** Alexandria
Estado Civil: casado(a)
Escolaridade: Não informado **Profissão:** Moto Taxista
Cargo: Não informado **Matrícula:** Não informado
Documentos(s) de Identificação: CPF nº 918.191.994-87
Endereço: Rua-antonio Borges da Costa, Centro, Lagoa Seca, PB
Complemento: Não informado
Ponto de referência: Morro de Lagoa Seca
Telefone: (83) 99695-2035

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

(1) Moto, marca Honda, modelo CG 125 FAN KS, tipo de veículo Motocicleta, cor Preta, ano 2013, placa EXK-2659, chassi 9C2JC4110DR109172, renavam 0050046263-1

DILIGÊNCIAS ADOTADAS/EXAMES REQUISITADOS

HISTÓRICO

Informa o comunicante/vítima, que no dia, hora e local já descritos, ia na garupa da Motocicleta Honda/CG 125 FAN KS, Ano/Modelo 2012/2013, cor preta, Placa EXK-2659-PB, Chassi de N° 9C2JC4110DR109172, licenciada em nome de Francinaldo Alves de Sousa, (piloto da Moto no momento do acidente Cristiano do Nascimento Santos), quando trafegavam na PB que liga Alagoa Nova a Matinhas/PB, momento em que o piloto da outra motocicleta de sinais e condutor não identificado, que vinha empinando a citada moto em sentido contrário da via, este perdeu o controle de direção da moto e atingiu a vítima que vinha na garupa de outra motocicleta, vindo a cair ao solo e sofrido fratura exposta da Tíbia na perna esquerda, Lesão no Joelho esquerdo e escoriações pelo corpo, sendo socorrida pelo SAMU e encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma, nesta cidade. Na ocasião do acidente o tempo apresentava-se bom, com via seca e boa visibilidade, não se encontrando o envolvido sob a influência de bebidas alcoólicas. Não compareceram os Policiais Militares do CPTRAN, razão pela qual não foi elaborado o Boletim de Acidente de Trânsito. Afirma a vítima não ter o desejo de Representar Criminalmente contra o condutor do veículo causador do acidente.

Nada mais disse. Encerrado está o presente termo.



SECRETARIA DE ESTADO DA
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
Delegacia Geral da Polícia Civil
2ª Superintendência Regional de Polícia Civil
Delegacia Especializada de Acidentes de
Veículos de Campina Grande



**POLÍCIA
CIVIL**
PARAÍBA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**
Secretaria de Estado da
Segurança e da Defesa Social



Campina Grande/PB, 14 de junho de 2018.

SEVERINO DE CARVALHO LOPES
Delegado(a) de Polícia Civil

PEDRO SILVA DE MELO
Noticiante

ADEMIR DA COSTA VILAR
Escrivão de Polícia

Procedimento Policial: 00185.01.2018.2.00.420

3/3





**SAMU
192**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – ESTADO PARAIBA – PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOA NOVA – PB – CNPJ : 11.838.096-0001/86
SAMU 192 – SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA

DECLARAÇÃO

Declaramos para todos os fins de direito que fizerem necessários que Pedro Silva de Melo, RG: 3.728.814 SSP/PB, CNS: 707.8096.35203-912, foi atendido pelo nosso serviço registrado sobre o Nº1660503, em 23/12/2017 às 12:51hs, na USB 035 de Alagoa Nova –PB, vítima de ACIDENTE DE MOTO, consciente, apresentando fratura exposta de tíbea esq, torção e hematoma em região patelar. Feito atendimento de acordo com o protocolo e encaminhado para HTCG, com a autorização do médico regulador.

ALAGOA NOVA – PB, 25/01/2018

Janêcleide Maria Costa Sampaio
ENFERMEIRA - COREN 110600
COORDENADORA SAMU
Matrícula 3192

JANÊCLEIDE MARIA COSTA SAMPAIO
COORDENADORA SAMU 192 ALAGOA NOVA – PB
COREN 110600 PB



23/12/17

GOVERNO DA PARAIBA
SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES



ATENDIMENTO URGÊNCIA

PRONT (B.E) Nº: 1567152 CLASS. DE RISCO: VERMELHO

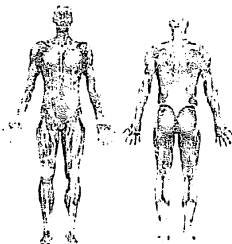
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES CNPJ: 08.778.268/0038-52
Av. Mal. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas, Campina Grande - PB, CEP: 58432-809 Data: 23/12/2017
Boletim de Emergência (B.E) - Modelo 07 Atendente: Gisele De Oliveira Lopes

PACIENTE: PEDRO SILVA DE MELO CEP: 58117000 Nascimento: 23/12/1992
Endereço: INACIO ALVES DE QUEIROZ Sexo: M Telefone: 991828386
Cidade: Lagoa Seca Idade: 025 Bairro: CENTRO
Nome da Mãe: SEVERINA SILVA DE MELO RG: Nº: 121
Responsável: FELIPE SILVA DE MELO CPF: Profissão: AGRICULTOR
Estado Civil: Solteiro(a) Data de Atend: 23/12/2017 CNS: 5426597556
Motivo: ACIDENTE DE MOTO MOTO X MOTO CONVÊNIO: SUS
Médico: Hora: 14:28:18 Especialidade:
CRM:

OBS FICHA:

MECANISMOS DO TRAUMA

LOCAL DA LESÃO (Identifique o local com o número correspondente ao lado)



1. Abrasão
2. Amputação
3. Avulsão
4. Contusão
5. Croptação
6. Dor
7. Edema
8. Empalhamento
9. Enfisema subcutâneo
10. Enfiamento
11. Equimose
12. F. Arma branca
13. F. Arma de fogo
14. F. Cortado
15. F. Cortante
16. F. Corto-contuso
17. F. Perfuro-contuso
18. F. Perfuro-cortante
19. Fratura óssea fechada
20. Fratura óssea aberta
21. Hematoma
22. Injuriamento Venoso
23. Laceração
24. Lesão tendinosa
25. Luxação
26. Mordedura
27. Movimento torácico paradoxal
28. Objeto Enfiado
29. Otorrágia
30. Paralisia
31. Pareia
32. Parestesia
33. Queimadura
34. Rinite
35. Sinais de Isquemia
- 36.

OBS:

QUEIMADURA:

Superfície corporal lesada = % Grau () 1º Grau () 2º Grau () 3º Grau

DIGNOSTICO / CID:

HTCG-Painel Administrativo

EXAME PRIMÁRIO - DADOS CLÍNICOS

Paciente com história de acidente de moto no 2h. Weap. TCE, náusea e vômito. Apresentando dor em clavícula e dor em joelho direito e edema. (fratura exposta de fêmur superior de tibia). Abdômen e tórax sem alterações. Utilizava capacete, no momento da colisão (sic).

ALERGIA: Weap

MEDICAMENTOS: Weap

PATOLOGIAS: Weap

EXAME FÍSICO

PUPILAS (X) Fotorreagentes (X) Isocóricas () Anisocóricas ()

Glasgow 15 PA HGT: Sat02

A. Via aérea permeável, com edema cervical (sem cervicalgia)

B. Mucosas orais e faríngeas normais, sem AHR. sem RA.

C. Hemodinamicamente estável

D. Glasgow 15, consciente, orientado

E. Janela exposta de tibia, apresentando dor em região de fratura.

EXAMES SOLICITADOS:

() Laboratoriais () Ultrassonografia;
() Gasometria arterial () Radiografias;
() Tomografia Computadorizada ()

SOLICITAÇÃO DE PARECER MÉDICO:

Especialista: Ortopedia, às 14:40 Dia 23/12/2017

Especialista: às Dia / /

MÉDICO SOLICITANTE

PROCEDIMENTOS REALIZADOS:

Nº	PRESCRIÇÕES E CONDUTAS	HORÁRIO REALIZADO
1	SRL 500ml EV agora	
2	Dipirona 650mg + AD/EY agora	Pcto: 15:41
3	Talate 40mg + AD/EY agora	
4	ALTA NA CIRURGIA ORTOP	
5		
6		

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO:

http://10.1.1.148/projetohtcg/impreurgencia.php?contar=1567152

1/2



Assinado eletronicamente por: PATRICIO CANDIDO PEREIRA - 07/02/2020 09:34:00

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20020709340084900000027070421

Número do documento: 20020709340084900000027070421

Num. 28065655 - Pág. 1



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Ficha de Acolhimento

SAMU

Nome: <u>Pedro Silva de Melo</u>	
End: <u>TV. Smaio Alves de Azevedo 181</u>	Bairro: <u>Centro</u>
Data de Nascimento: <u>25 anos</u>	Documento de Identificação: <u>Loaque Silva 33</u>
Queixa: <u>A. moto</u>	Data do Atend.: <u>23.12.17</u> Hora: <u>4:21</u> Documento:
Acidente de trabalho?	() Sim () Não

Classificação de Risco

Nível de consciência: () Bom () Regular () Baixo	Aspecto: () Calmo () Fútil de dor () Gemente
Frequência respiratória:	Frequência cardíaca:
Pressão arterial:	Temperatura axilar:
Dosagem de HGT:	Mucosas: () Normocorada () Pálida
Deambulação: () Livre () Cadeira de rodas () Maca	

Estratificação

MOD. 110

☒ Vermelho - atendimento imediato
() Verde - atendimento até 4 horas

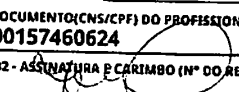
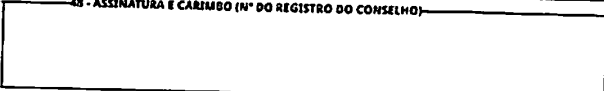
Quirico

() Amarelo - atendimento até 1 hora
() Azul - atendimento ambulatorial

Assinatura e carimbo do profissional



Data da internação: 23/12/2017 Hora: 15:51:10

SUS Sistema Único da Saúde Ministério da Saúde	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR
Identificação do Estabelecimento de Saúde 1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUÍZ GONZAGA FERNANDES	
2 - CNES 2362856	
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUÍZ GONZAGA FERNANDES	
4 - CNES 2362856	
Identificação do Paciente 5 - NOME DO PACIENTE PEDRO SILVA DE MELO	
6 - Nº DO PRONTUÁRIO 1567205	
7 - CARTÃO DO SUS 707809635203912	
8 - DATA DE NASCIMENTO 11/10/1990	
9 - SEXO Masc <input checked="" type="checkbox"/> Fem <input type="checkbox"/>	
10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL SEVERINA SILVA DE MELO	
11 - TELEFONE DE CONTATO 83 991828386	
12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO) INACIO ALVES DE QUEIROZ, 121, CENTRO	
13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA Lagoa Seca	
14 - CDD. SEGE MUNICÍPIO 250830	
15 - UF PB	
16 - CEP 58117000	
JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO	
17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS Paciente com histórico de acidente de moto há poucas horas. Dor e sangramento em joelho e punho	
18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO Tto cirúrgico (de urgência)	
19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) Rx + exame físico	
20 - DIAGNÓSTICO INICIAL Fratura exposta do fêmur tibial F	
21 - CID 10 PRINCIPAL S828	
22 - CID 10 SECUNDÁRIO S828	
23 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS S828	
PROCEDIMENTO SOLICITADO	
24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO Tto cirúrgico de fratura da tíbia	
25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO 0408050500	
26 - CLÍNICA Ortop	
27 - CARATER DA INTERNAÇÃO 02	
28 - DOCUMENTO (X) CNS () CPF 704600157460624	
29 - Nº DOCUMENTO(CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE 704600157460624	
30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE JAYLLA JUVINIANNE DUARTE MELO	
31 - DATA DA SOLICITAÇÃO 23/12/2017	
32 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO) 	
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)	
33 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO 34 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO 35 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO	
36 - CNPJ DA SEGURADORA 37 - Nº DO BILHETE 38 - SÉRIE	
39 - CNPJ EMPRESA 40 - CNAE DA EMPRESA 41 - CBOR	
42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA () EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEGURADO	
AUTORIZAÇÃO	
43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR 44 - COD. ORGÃO EMISSOR	
45 - DOCUMENTO () CNS () CPF 46 - Nº DOCUMENTO(CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR	
47 - DATA DA AUTORIZAÇÃO / /	
48 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO) 	
49 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	





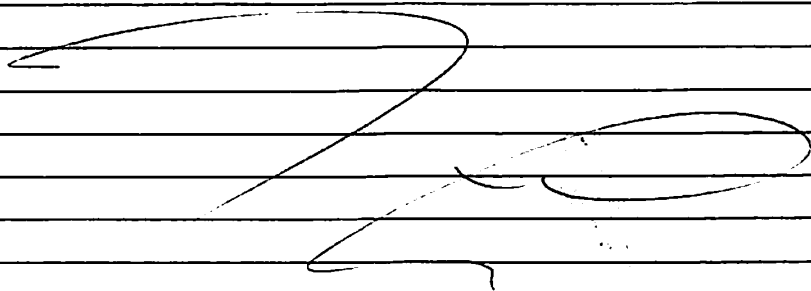
SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Nome do Paciente <u>RODRIGO SILVA DE MORAES</u>		Nº Prontuário	
Data da Operação	Enf.	Leito	
Operador <u>Dr. Luiz Juvencio</u>	1º Auxiliar		<u>Dr. Juvencio</u>
2º Auxiliar	3º Auxiliar		Instrumentador
Anestesia <u>Dr. S. S. S. S.</u>	Tipo de Anestesia		<u>Blocos / T. R. P. R.</u>
Diagnóstico Pré-Operatório <u>Fratura exposta de fêmur</u>			
Tipo de Operação <u>Amputação + Desbridamento + F. + G. +</u>			
Diagnóstico Pós-Operatório <u>mesmo</u>			
Laboratório Imediato da Patologia			
Exame Radiológico no Ato			
Acidente Durante a Operação			

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras

1. Assépsia + Antissepsia
2. Previsão de Contas Cereais
3. Humidade + Resburcamento
4. Asusgem eteustua com 50g
5. Previsão de Fixação e Tenor
6. Transactioun SOB ESCOPO
7. Sutura de partes moles
8. Cinctus local



Mod. Q18

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO



NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL

PACIENTE:

Pedro Silva de Melo

DN. 23/12/1972

QI LEITE CONVÊNIO IDADE REGISTRO
Silva 04 SUS 25a 151745

CIRURGIA

Fratura exposta de Tíbia Esquerda

CIRURGIÃO

Dr. José Francisco

ANESTESIA

Difluoreto + Fx Externa

ANESTESIA

Dr. Suckler

INSTRUMENTADORA

Silva

DATA

23/12/17

INICIO

16:20

FIM

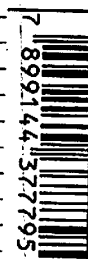
17:50

GOVERNO DA PARAIBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes

Qtd.	MODIFICAÇÕES ANESTÉSICAS	Bolsa Colostoma	Qtd.	FIOS
	Adrenalina amp.	Calcl. pr Oxi.		Calgut cromado Sertix
	Atropina amp.	Calcl. De Urinar Sist. Fech.		Calgut cromado Sertix
	Diazepam amp.	Compressa Grande		Calgut cromado Sertix
01	Dimofe amp.	Compressa Pequena		Calgut Simples
	Dolantina amp.	Colonoide		Calgut Simples Sertix
01	Efrane-ml	Dreno		Calgut Simples Sertix
	Fenegan amp.	Dreno Kerr nº		Calgut Simples Sertix
	Fentanil ml	Dreno Penrose nº		Cera p/ osso
	Inova ml	Dreno Pezzer nº		Ethibond
	Ketalar ml	Equipo de Macrogotas		Ethibond
01	Mercaína 100mg/ml	Equipo de Macrogotas		Ethibond
	Nubain amp.	Equipo de Sangue		Fio de Algodão Sertix
	Pavulon amp.	Equipo de PVC		Fio de Algodão Sertix
	Protigmine amp.	Esparadrapo Larco cm		Fio de Algodão Sulupak
	Protóxido 1/m	Furacim ml		Fio de Algodão Sulupak
	Quelicin ml	Gase Pacote c/ 10 unidades		Fila cardiaca
	Rapifen amp.	H.O. ml	01	Mononylon
	Thionembul ml	Intracath Adulto		Mononylon
	Tracrium amp.	Intracath Infantil		Prolene Sertix
Qtd.	MEDICAÇÕES	Lâmina de Bisturi nº 23		Prolene Sertix
02	Água Destilada amp.	Lâmina de Bisturi nº 11		Prolene Sertix
01	Decadron amp.	Lâmina de Bisturi nº 15		Prolene Sertix
01	Dipirona amp.	Luvas 7.0		Vicryl Sertix
	Flaxidol amp.	Luvas 7.5		Vicryl Sertix
	Flebocortid amp.	Luvas 8.0		Vicryl Sertix
	Geramicina amp.	Luvas 8.5		
	Glicose amp.	Oxigênio 1/m		
	Glucon de Cálcio amp.	Poliflix		
	Haemacel ml	PVPI Degemante ml		
	Heparema ml	PVPI Tópico ml		
	Kanakion amp.	Sabão Antisséptico		
	Lasix amp.	Saco coletor		
	Medrolinazol	Seringa desc. 10 ml		
	Plasil amp.	Seringa desc. 20 ml		
	Prolamina	Seringa desc. 05 ml		
	Revivan amp.	Sonda		
	Stuplanon amp.	Sonda Foley		
01	Ceftriaxona 1g	Sonda Nasogátrica		
01	Insulina	Sonda Uretral nº		
01	Novotect	Sterydrem ml		
01	Novoban	Torneirinha		
Qtd.	MATERIAIS / SOLUÇÕES	Vaselina ml		
03	Agulha desc. 25x7x12	Gelcon 18		
	Agulha desc. 28 x 28	Latesol		
	Agulha desc. 3 x 4,5	Blifendo		
01	Agulha p/ raque nº			
05	Alcool de Enfermagem			
	Alcool Iodado ml			
01	Aladuras de Crepon			
	Aladuras de Gessada			
	Azul metileno amp.			
	Benzina ml			



89914437795

REGISTRO AMRISA: 10223710055

CE

CE

CE

CE

CE

CE

CE

CE

- EQUIPAMENTOS**
- () Oxímetro de Pulso
 - () Serra
 - () Desfibrilador
 - () Foco Frontal
 - () Fonte de Luz
 - () Foco Auxiliar
 - () Eletrocautério
 - () Oxícapiógrafo
 - () Cardiomonitor
 - () Perfurador Elétrico

CIRCULANTE RESPONSÁVEL

MOD 066





Folha de Sala - Recuperação Pós Anestésica


On top 2

Paciente:	Pedro Silva de Melo		Idade:	25
Convênio:	SUS		Data:	23/12/17
Procedimento:	Tto. cirurg. de fratura aberta de Tuber E Desbridamento + fixação externa			
Cirurgião:	Dr. Eli Siqueira	Auxiliar:	Anestesista: Dr. Sideral	
Início:	16:20	Término:	17:50	Anestesia: Raquel T. Medoan A/

[illegible][illegible]

Observações:

17:30 alta para enfermagem



Assinatura Anestesista

Circulante

Relatório de Operação

MOD. 103



005 2

TM Cirúrgica
Ortopedia - Neurologia - Buco

Rua Guadalupe, 43 - Guadalupe - Olinda-PE
CEP.: 53.020-230 | E-mail: tmcirurgica@hotmail.com
Fones: 3431.4960 | 3076.0422 | 9452.1153

Nº 2958

REQUISIÇÃO DE FATURAMENTO

NOME DO HOSPITAL

CIDADE

NOME DO PACIENTE

Nº DO PRONTUÁRIO

Nº AL. H

COD. PROCEDIMENTO

CONVÊNIO

PROCEDIMENTO REALIZADO

PRODUTO

REF.

QUANT.

COD. ROMP.

FIXADOR CEMENTO CASSINO

01

DATA DA UTILIZAÇÃO

DATA DA COMUNICAÇÃO

MEDICO RESPONSÁVEL - CRM

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL



**GOVERNO
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES**

Nome do Paciente <i>Pedro Silva de Melo</i>		Nº Prontuário	
Data da Operação <i>16/01/18</i>	Enf. <i>Ortop II</i>	Leito <i>9.7</i>	
Operador <i>Dr Felipe Guedes</i>		1º Auxiliar <i>Dr Julio MR1</i>	
2º Auxiliar	3º Auxiliar	Instrumentador	
Anestesia		Tipo de Anestesia	
Diagnóstico Pré-Operatório <i>Fratura femur distal + tibia proximal E</i>			
Tipo de Operação <i>Osteossíntese</i>			
Diagnóstico Pós-Operatório <i>O mesmo</i>			
Relatório Imediato da Patologia <i>7</i>			
Exame Radiológico no Ato <i>Sim</i>			
Acidente Durante a Operação <i>Não</i>			

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras
1) Paciente em DDH sob anestesia
2) Assepsia e antissepsia
3) Campos esterais
4) Incisão lateral joelho e por planos + Hemostasia
5) Redução cruzada de focos de fratura condilo femoral + fixação com 2 parafusos canulados sob escopia
6) Incisão medial perna região proximal e por planos + Hemostasia
7) Redução cruzada de focos de fratura + fixação com placa e L medial.
8) Lavagem com SF0,9%
9) Sutura por planos
10) Curativo

Dr. Julio Cesar Castro
Ortopedia e Traumatologia
CRM/RB 9965

Mod. 018

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

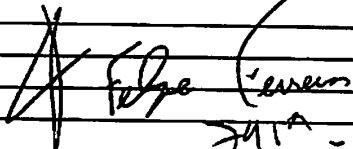




Folha de Sala - Recuperação Pós Anestésica

Paciente: <u>Felcho Silva de Melo.</u>			Idade: <u>25a</u>		
Convênio: <u>Sus.</u>			Data: <u>16.01.18.</u>		
Procedimento: <u>Hº Cirúrg de Frac. de Fêmur Distal + Tibia.</u>					
Cirurgião: <u>Dr. Felipe.</u>		Auxiliar:		Anestesista: <u>Dr. Felipe.</u>	
Início: <u>14:00</u>		Término: <u>15:30</u>		Anestesia <u>Ráqui.</u>	

[illegible][illegible]

Observações:	
	
Assinatura Anestesista	Circulante

Relatório de Operação

MOD. 103





MATERIAL UTILIZADO EM CIRURGIA

Rastreamento

8415

Hospital: _____ Código: _____

Procedimento: _____ Cód. Procedimento: _____

Paciente: _____

Data da Cirurgia: 26/01/15 Nº prontuário: 136170 Convênio: _____

Cirurgião: _____ Código: _____

() Reposição () Caixa Pronta

DESCRIÇÃO DE PRODUTOS UTILIZADOS

Qtd.	Descrição	Cód. Produto	Valor Unit.	Valor Total
01	Parafuso Cortical 4.0 mm			
01	Parafuso Cortical 4.0 mm			
01	Parafuso Cortical 4.0 mm			
01	Parafuso Cortical 4.0 mm			

ESPECIFICAÇÃO DE PARAFUSOS

	Nº	Qtd.	Cód.	Valor Unit.	Valor Total
Parafuso Cortical (4.0) mm	25	30			
	Qtd.	21	02		
	Cód.				
Parafuso Cortical () mm	Nº				
	Qtd.				
	Cód.				
Parafuso Esponjoso 4.0 mm	Nº				
	Qtd.				
	Cód.				
Parafuso Esponjoso 6.5 mm R/16 Curta	Nº	70			
	Qtd.	27			
	Cód.				
Parafuso Esponjoso 6.5 mm R/32 Longa	Nº	70			
	Qtd.	01			
	Cód.				
Parafuso Maleolar 4.5 mm	Nº				
	Qtd.				
	Cód.				

OBS.: O PREENCHIMENTO DO PRONTUÁRIO É OBRIGATÓRIO.

PREENCHIMENTO EXCLUSIVO DO CONSULTOR DE VENDAS

Condições de Pagamento: _____

Faturar N.F para: _____

Cód. do consultor: _____ Total: _____

Cód. Instrumentador: _____

Anotações do Médico

Bio Implants Comércio de Materiais Médicos Cirúrgicos Ltda. - Av. Teodorico Teles, 245B - São Miguel - Crato - CE - CNPJ: 10.323.929/0001-05
Fone/Fax: (88) 3521.4801 * www.bioimplants.com.br



NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL

QID	MODIFICACÖES ANESTÉSICAS	INSTRUMENTABORA	DATA	INÍCIO	FIM	CÓDIGO
01	Adrenalina amp.	ANESTESIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Alcapina amp.	CIRURGIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Diazepam amp.	ANESTESIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Dimore amp.	CIRURGIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Dolantina amp.	ANESTESIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Etrane ml	CIRURGIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Fenegan amp.	ANESTESIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Fentanil ml	CIRURGIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Inova ml	ANESTESIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Keilar ml	CIRURGIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Mapaina 0,2% ml	ANESTESIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Neobut amp.	CIRURGIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Pavilion amp.	ANESTESIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Proligmine amp.	CIRURGIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Protóxido l/m	ANESTESIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Quelcín ml	CIRURGIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Rapilen amp.	ANESTESIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Thionembul ml	CIRURGIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Tracum amp.	ANESTESIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Água Destilada amp.	CIRURGIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Decadron amp.	ANESTESIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Dipirona amp.	CIRURGIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Flaxidol amp.	ANESTESIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Glephocid amp.	CIRURGIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Glicose amp.	ANESTESIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Haemacel ml	CIRURGIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Heparam ml	ANESTESIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Kanekion amp.	CIRURGIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Lasix amp.	ANESTESIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Medrolinazol.	CIRURGIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Plasil amp.	ANESTESIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Proamina	CIRURGIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Revivan amp.	ANESTESIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Stuplacion amp.	CIRURGIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Cetacolina 1g	ANESTESIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Sonda Nasogástrica	CIRURGIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Sonda Foley	ANESTESIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Sonda Uretral nº	CIRURGIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Steridrem ml	ANESTESIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Tomeinha	CIRURGIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Vaselina ml	ANESTESIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Geicon 18	CIRURGIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Latex	ANESTESIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Agulha p. raque nº	CIRURGIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Agulha desc. 3 x 4,5	ANESTESIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Agulha desc. 28 x 28	CIRURGIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Agulha desc. 25 x 7	ANESTESIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Alcool de Enfiemagem	CIRURGIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Alcool Iodado ml	ANESTESIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Ataduras de Crepon	CIRURGIA	16-01-18	14:00	15:30	01
01	Ataduras de Gessada	ANESTESIA	16-01-18	14:00		



Diagnóstico

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO			
Paciente	Alojamento	Leito	Convênio
Pedro Silva de Melo	9	1	
1x esquerda da mão + braço E			

[illegible]

MOJ 035



Diagnóstico

0.1 0.167. II

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

70

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO		20	
Paciente	JOÃO SILVA DE MELLO	Alimentação	g
Data		Leito	8
		Convênio	

[illegible]

9.1

DIAGNÓSTICO

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

OK 7. exp. plano 7.12.20

Pedro

Paciente	Alojamento:	Leito	Convênio
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
26	1. Dieta 1/1/1/1	C+	
26	2. SRL 1500ml EV/24h	C+	
26	3. Dipirona 02ML+ AD EV 06/06h	C+	
26	4. Tilatil 20mg + AD EV 12/12h	C+	
26	5. Omeprazol 40mg EV/jejum	C+	
26	6. Tramal 100mg + 100ml SF 0,9% EV 8/8h SN	SIN	
26	7. Nauseadron 01 FA + AD EV 8/8h SN	SIN	
26	8. Clexane 40mg SC/dia	C+	
26	9. SSVV + CCGG	C+	
26	Curativo	C+	
26	OXA 2g 12h 6/6h	C+	
26	Clind 600mg 12h 6/6h	C+	
26	Cl. e. Humoral no capax	C+	





DIAGNÓSTICO
fex exp. f. b. a.

Pedro Silva

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	Alojamento:	Leito	Convênio
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
27	1. Dieta 2. SRL 1500ml EV/24h 3. Dipirona 02ML+ AD EV 06/06h 4. Tilatil 20mg + AD EV 12/12h 5. Omeprazol 40mg EV/jejum 6. Tramal 100mg + 100ml SF 0,9% EV 8/8h SN 7. Nauseudron 01 FA + AD EV 8/8h SN 8. Clexane 40mg SC/dia 9. SSVV + CCGG	12h 14h 16h 18h 20h 22h 24h 26h 28h 30h 32h 34h 36h 38h 40h 42h 44h 46h 48h 50h 52h 54h 56h 58h 60h 62h 64h 66h 68h 70h 72h 74h 76h 78h 80h 82h 84h 86h 88h 90h 92h 94h 96h 98h 100h 102h 104h 106h 108h 110h 112h 114h 116h 118h 120h 122h 124h 126h 128h 130h 132h 134h 136h 138h 140h 142h 144h 146h 148h 150h 152h 154h 156h 158h 160h 162h 164h 166h 168h 170h 172h 174h 176h 178h 180h 182h 184h 186h 188h 190h 192h 194h 196h 198h 200h 202h 204h 206h 208h 210h 212h 214h 216h 218h 220h 222h 224h 226h 228h 230h 232h 234h 236h 238h 240h 242h 244h 246h 248h 250h 252h 254h 256h 258h 260h 262h 264h 266h 268h 270h 272h 274h 276h 278h 280h 282h 284h 286h 288h 290h 292h 294h 296h 298h 300h 302h 304h 306h 308h 310h 312h 314h 316h 318h 320h 322h 324h 326h 328h 330h 332h 334h 336h 338h 340h 342h 344h 346h 348h 350h 352h 354h 356h 358h 360h 362h 364h 366h 368h 370h 372h 374h 376h 378h 380h 382h 384h 386h 388h 390h 392h 394h 396h 398h 400h 402h 404h 406h 408h 410h 412h 414h 416h 418h 420h 422h 424h 426h 428h 430h 432h 434h 436h 438h 440h 442h 444h 446h 448h 450h 452h 454h 456h 458h 460h 462h 464h 466h 468h 470h 472h 474h 476h 478h 480h 482h 484h 486h 488h 490h 492h 494h 496h 498h 500h 502h 504h 506h 508h 510h 512h 514h 516h 518h 520h 522h 524h 526h 528h 530h 532h 534h 536h 538h 540h 542h 544h 546h 548h 550h 552h 554h 556h 558h 560h 562h 564h 566h 568h 570h 572h 574h 576h 578h 580h 582h 584h 586h 588h 590h 592h 594h 596h 598h 600h 602h 604h 606h 608h 610h 612h 614h 616h 618h 620h 622h 624h 626h 628h 630h 632h 634h 636h 638h 640h 642h 644h 646h 648h 650h 652h 654h 656h 658h 660h 662h 664h 666h 668h 670h 672h 674h 676h 678h 680h 682h 684h 686h 688h 690h 692h 694h 696h 698h 700h 702h 704h 706h 708h 710h 712h 714h 716h 718h 720h 722h 724h 726h 728h 730h 732h 734h 736h 738h 740h 742h 744h 746h 748h 750h 752h 754h 756h 758h 760h 762h 764h 766h 768h 770h 772h 774h 776h 778h 780h 782h 784h 786h 788h 790h 792h 794h 796h 798h 800h 802h 804h 806h 808h 810h 812h 814h 816h 818h 820h 822h 824h 826h 828h 830h 832h 834h 836h 838h 840h 842h 844h 846h 848h 850h 852h 854h 856h 858h 860h 862h 864h 866h 868h 870h 872h 874h 876h 878h 880h 882h 884h 886h 888h 890h 892h 894h 896h 898h 900h 902h 904h 906h 908h 910h 912h 914h 916h 918h 920h 922h 924h 926h 928h 930h 932h 934h 936h 938h 940h 942h 944h 946h 948h 950h 952h 954h 956h 958h 960h 962h 964h 966h 968h 970h 972h 974h 976h 978h 980h 982h 984h 986h 988h 990h 992h 994h 996h 998h 1000h 1002h 1004h 1006h 1008h 1010h 1012h 1014h 1016h 1018h 1020h 1022h 1024h 1026h 1028h 1030h 1032h 1034h 1036h 1038h 1040h 1042h 1044h 1046h 1048h 1050h 1052h 1054h 1056h 1058h 1060h 1062h 1064h 1066h 1068h 1070h 1072h 1074h 1076h 1078h 1080h 1082h 1084h 1086h 1088h 1090h 1092h 1094h 1096h 1098h 1100h 1102h 1104h 1106h 1108h 1110h 1112h 1114h 1116h 1118h 1120h 1122h 1124h 1126h 1128h 1130h 1132h 1134h 1136h 1138h 1140h 1142h 1144h 1146h 1148h 1150h 1152h 1154h 1156h 1158h 1160h 1162h 1164h 1166h 1168h 1170h 1172h 1174h 1176h 1178h 1180h 1182h 1184h 1186h 1188h 1190h 1192h 1194h 1196h 1198h 1200h 1202h 1204h 1206h 1208h 1210h 1212h 1214h 1216h 1218h 1220h 1222h 1224h 1226h 1228h 1230h 1232h 1234h 1236h 1238h 1240h 1242h 1244h 1246h 1248h 1250h 1252h 1254h 1256h 1258h 1260h 1262h 1264h 1266h 1268h 1270h 1272h 1274h 1276h 1278h 1280h 1282h 1284h 1286h 1288h 1290h 1292h 1294h 1296h 1298h 1300h 1302h 1304h 1306h 1308h 1310h 1312h 1314h 1316h 1318h 1320h 1322h 1324h 1326h 1328h 1330h 1332h 1334h 1336h 1338h 1340h 1342h 1344h 1346h 1348h 1350h 1352h 1354h 1356h 1358h 1360h 1362h 1364h 1366h 1368h 1370h 1372h 1374h 1376h 1378h 1380h 1382h 1384h 1386h 1388h 1390h 1392h 1394h 1396h 1398h 1400h 1402h 1404h 1406h 1408h 1410h 1412h 1414h 1416h 1418h 1420h 1422h 1424h 1426h 1428h 1430h 1432h 1434h 1436h 1438h 1440h 1442h 1444h 1446h 1448h 1450h 1452h 1454h 1456h 1458h 1460h 1462h 1464h 1466h 1468h 1470h 1472h 1474h 1476h 1478h 1480h 1482h 1484h 1486h 1488h 1490h 1492h 1494h 1496h 1498h 1500h 1502h 1504h 1506h 1508h 1510h 1512h 1514h 1516h 1518h 1520h 1522h 1524h 1526h 1528h 1530h 1532h 1534h 1536h 1538h 1540h 1542h 1544h 1546h 1548h 1550h 1552h 1554h 1556h 1558h 1560h 1562h 1564h 1566h 1568h 1570h 1572h 1574h 1576h 1578h 1580h 1582h 1584h 1586h 1588h 1590h 1592h 1594h 1596h 1598h 1600h 1602h 1604h 1606h 1608h 1610h 1612h 1614h 1616h 1618h 1620h 1622h 1624h 1626h 1628h 1630h 1632h 1634h 1636h 1638h 1640h 1642h 1644h 1646h 1648h 1650h 1652h 1654h 1656h 1658h 1660h 1662h 1664h 1666h 1668h 1670h 1672h 1674h 1676h 1678h 1680h 1682h 1684h 1686h 1688h 1690h 1692h 1694h 1696h 1698h 1700h 1702h 1704h 1706h 1708h 1710h 1712h 1714h 1716h 1718h 1720h 1722h 1724h 1726h 1728h 1730h 1732h 1734h 1736h 1738h 1740h 1742h 1744h 1746h 1748h 1750h 1752h 1754h 1756h 1758h 1760h 1762h 1764h 1766h 1768h 1770h 1772h 1774h 1776h 1778h 1780h 1782h 1784h 1786h 1788h 1790h 1792h 1794h 1796h 1798h 1800h 1802h 1804h 1806h 1808h 1810h 1812h 1814h 1816h 1818h 1820h 1822h 1824h 1826h 1828h 1830h 1832h 1834h 1836h 1838h 1840h 1842h 1844h 1846h 1848h 1850h 1852h 1854h 1856h 1858h 1860h 1862h 1864h 1866h 1868h 1870h 1872h 1874h 1876h 1878h 1880h 1882h 1884h 1886h 1888h 1890h 1892h 1894h 1896h 1898h 1900h 1902h 1904h 1906h 1908h 1910h 1912h 1914h 1916h 1918h 1920h 1922h 1924h 1926h 1928h 1930h 1932h 1934h 1936h 1938h 1940h 1942h 1944h 1946h 1948h 1950h 1952h 1954h 1956h 1958h 1960h 1962h 1964h 1966h 1968h 1970h 1972h 1974h 1976h 1978h 1980h 1982h 1984h 1986h 1988h 1990h 1992h 1994h 1996h 1998h 2000h 2002h 2004h 2006h 2008h 2010h 2012h 2014h 2016h 2018h 2020h 2022h 2024h 2026h 2028h 2030h 2032h 2034h 2036h 2038h 2040h 2042h 2044h 2046h 2048h 2050h 2052h 2054h 2056h 2058h 2060h 2062h 2064h 2066h 2068h 2070h 2072h 2074h 2076h 2078h 2080h 2082h 2084h 2086h 2088h 2090h 2092h 2094h 2096h 2098h 2100h 2102h 2104h 2106h 2108h 2110h 2112h 2114h 2116h 2118h 2120h 2122h 2124h 2126h 2128h 2130h 2132h 2134h 2136h 2138h 2140h 2142h 2144h 2146h 2148h 2150h 2152h 2154h 2156h 2158h 2160h 2162h 2164h 2166h 2168h 2170h 2172h 2174h 2176h 2178h 2180h 2182h 2184h 2186h 2188h 2190h 2192h 2194h 2196h 2198h 2200h 2202h 2204h 2206h 2208h 2210h 2212h 2214h 2216h 2218h 2220h 2222h 2224h 2226h 2228h 2230h 2232h 2234h 2236h 2238h 2240h 2242h 2244h 2246h 2248h 2250h 2252h 2254h 2256h 2258h 2260h 2262h 2264h 2266h 2268h 2270h 2272h 2274h 2276h 2278h 2280h 2282h 2284h 2286h 2288h 2290h 2292h 2294h 2296h 2298h 2300h 2302h 2304h 2306h 2308h 2310h 2312h 2314h 2316h 2318h 2320h 2322h 2324h 2326h 2328h 2330h 2332h 2334h 2336h 2338h 2340h 2342h 2344h 2346h 2348h 2350h 2352h 2354h 2356h 2358h 2360h 2362h 2364h 2366h 2368h 2370h 2372h 2374h 2376h 2378h 2380h 2382h 2384h 2386h 2388h 2390h 2392h 2394h 2396h 2398h 2400h 2402h 2404h 2406h 2408h 2410h 2412h 2414h 2416h 2418h 2420h 2422h 2424h 2426h 2428h 2430h 2432h 2434h 2436h 2438h 2440h 2442h 2444h 2446h 2448h 2450h 2452h 2454h 2456h 2458h 2460h 2462h 2464h 2466h 2468h 2470h 2472h 2474h 2476h 2478h 2480h 2482h 2484h 2486h 2488h 2490h 2492h 2494h 2496h 2498h 2500h 2502h 2504h 2506h 2508h 2510h 2512h 2514h 2516h 2518h 2520h 2522h 2524h 2526h 2528h 2530h 2532h 2534h 2536h 2538h 2540h 2542h 2544h 2546h 2548h 2550h 2552h 2554h 2556h 2558h 2560h 2562h 2564h 2566h 2568h 2570h 2572h 2574h 2576h 2578h 2580h 2582h 2584h 2586h 2588h 2590h 2592h 2594h 2596h 2598h 2600h 2602h 2604h 2606h 2608h 2610h 2612h 2614h 2616h 2618h 2620h 2622h 2624h 2626h 2628h 2630h 2632h 2634h 2636h 2638h 2640h 2642h 2644h 2646h 2648h 2650h 2652h 2654h 2656h 2658h 2660h 2662h 2664h 2666h 2668h 2670h 2672h 2674h 2676h 2678h 2680h 2682h 2684h 2686h 2688h 2690h 2692h 2694h 2696h 2698h 2700h 2702h 2704h 2706h 2708h 2710h 2712h 2714h 2716h 2718h 2720h 2722h 2724h 2726h 2728h 2730h 2732h 2734h 2736h 2738h 2740h 2742h 2744h 2746h 2748h 2750h 2752h 2754h 2756h 2758h 2760h 2762h 2764h 2766h 2768h 2770h 2772h 2774h 2776h 2778h 2780h 2782h 2784h 2786h 2788h 2790h 2792h 2794h 2796h 2798h 2800h 2802h 2804h 2806h 2808h 2810h 2812h 2814h 2816h 2818h 2820h 2822h 2824h 2826h 2828h 2830h 2832h 2834h 2836h 2838h 2840h 2842h 2844h 2846h 2848h 2850h 2852h 2854h 2856h 2858h 2860h 2862h 2864h 2866h 2868h 2870h 2872h 2874h 2876h 2878h 2880h 2882h 2884h 2886h 2888h 2890h 2892h 2894h 2896h 2898h 2900h 2902h 2904h 2906h 2908h 2910h 2912h 2914h 2916h 2918h 2920h 2922h 2924h 2926h 2928h 2930h 2932h 2934h 2936h 2938h 2940h 2942h 2944h 2946h 2948h 2950h 2952h 2954h 2956h 2958h 2960h 2962h 2964h 2966h 2968h 2970h 2972h 2974h 2976h 2978h 2980h 2982h 2984h 2986h 2988h 2990h 2992h 2994h 2996h 2998h 3000h 3002h 3004h 3006h 3008h 3010h 3012h 3014h 3016h 3018h 3020h 3022h 3024h 3026h 3028h 3030h 3032h 3034h 3036h 3038h 3040h 3042h 3044h 3046h 3048h 3050h 3052h 3054h 3056h 3058h 3060h 3062h 3064h 3066h 3068h 3070h 3072h 3074h 3076h 3078h 3080h 3082h 3084h 3086h 3088h 3090h 3092h 3094h 3096h 3098h 3100h 3102h 3104h 3106h 3108h 3110h 3112h 3114h 3116h 3118h 3120h 3122h 3124h 3126h 3128h 3130h 3132h 3134h 3136h 3138h 3140h 3142h 3144h 3146h 3148h 3150h 3152h 3154h 3156h 3158h 3160h 3162h 3164h 3166h 3168h 3170h 3172h 3174h 3176h 3178h 3180h 3182h 3184h 3186h 3188h 3190h 3192h 3194h 3196h 3198h 3200h 3202h 3204h 3206h 3208h 3210h 3212h 3214h 3216h 3218h 3220h 3222h 3224h 3226h 3228h 3230h 3232h 3234h 3236h 3238h 3240h 3242h 3244h 3246h 3248h 3250h 3252h 3254h 3256h 3258h 3260h 3262h 3264h 3266h 3268h 3270h 3272h 3274h 3276h 3278h 3280h 3282h 3284h 3286h 3288h 3290h 3292h 3294h 3296h 3298h 3300h 3302h 3304h 3306h 3308h 3310h 3312h 3314h 3316h 3318h 3320h 3322h 3324h 3326h 3328h 3330h 3332h 3334h 3336h 3338h 3340h 3342h 3344h 3346h 3348h 3350h 3352h 3354h 3356h 3358h 3360h 3362h 3364h 3366h 3368h 3370h 3372h 3374h 3376h 3378h 3380h 3382h 3384h 3386h 3388h 3390h 3392h 3394h 3396h 3398h 3400h 3402h 3404h 3406h 3408h 3410h 3412h 3414h 3416h 3418h 3420h 3422h 3424h 3426h 3428h 3430h 3432h 3434h 3436h 3438h 3440h 3442h 3444h 3446h 3448h 3450h 3452h 3454h 3456h 3458h 3460h 3462h 3464h 3466h 3468h 3470h 3472h 3474h 3476h 3478h 3480h 3482h 3484h 3486h 3488h 3490h 3492h 3494h 3496h 3498h 3500h 3502h 3504h 3506h 3508h 3510h 3512h 3514h 3516h 3518h 3520h 3522h 3524h 3526h 3528h 3530h 3532h 3534h 3536h 3538h 3540h 3542h 3544h 3546h 3548h 3550h 3552h 3554h 3556h 3558h 3560h 3562h 	



DIAGNÓSTICO

Julio Flávio

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Pedro Silva

Paciente	Alojamento:	Leito	Convênio	Horário	Prescrição Médica	Evolução Médica
28	14				1. Dieta	
	12				2. SRI 1500ml EV/24h	
	12				3. Dipirona 02ML + AD EV 06/06h	
	12				4. Tilatil 20mg + AD EV 12/12h	
	12				5. Omeprazol 40mg EV/jejum	
	12				6. Tramal 100mg + 100ml SF 0.9% EV 8/8h SN	
	12				7. Nauseadron 01 FA + AD EV 8/8h SN	
	12				8. Clexane 40mg SC/dia	
	12				9. SSW + CCGG	
	12				Chamada 0200... 19 6160	
	12				Oxal 2g 19 6160	
	12				Curativo 2,1 dia	

01 de 05

DIAGNÓSTICO

Pedro Silva

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

pedro silva

Paciente	Alojamento:	Leito	Convênio	
Data	Prescrição Médica	Horário		Evolução Médica
29	1. Dieta <i>huc</i>	CT		6. DPO
12	2. SRL 1500ml EV/24h	<i>12</i>	<i>12</i>	
	3. Dipirona 02ML + AD EV 06/06h	<i>12</i>	<i>12</i>	
	4. Tilatil 20mg + AD EV 12/12h	<i>12</i>	<i>12</i>	
	5. Omeprazol 40mg EV/jejum			
	6. Tramal 100mg + 100ml SF 0,9% EV 8/8h SN	SIN		
	7. Nauseadron 01 FA + AD EV 8/8h SN	SIN		
	8. Clexane 40mg SC/dia			
	9. SSVV + CCGG	CT		
	<i>Clinda 600mg IV 6/6h</i>	<i>12</i>	<i>12</i>	
	<i>Oxa 2g IV 6/6h</i>	<i>12</i>	<i>12</i>	
	<i>Contra</i>	CT		



FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

DIAGNÓSTICO

[illegible]

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

DIAGNÓSTICO

2011-12 file 500-100 (10)

[illegible]

DIAGNÓSTICO

Doença pluvial + (2)

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	AlóJamento:	Leito	Convênio
<i>Pedro Silva</i>	<i>9</i>	<i>1</i>	
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
<i>21/01</i>	1. Dieta <i>livre</i>	<i>CT</i>	
	2. SRL 1500ml EV/24h	<i>21</i>	
	3. Dipirona 02ML+ AD EV 06/06h	<i>21</i>	<i>8:30 PC</i>
	4. Tilatil 20mg + AD EV 12/12h <i>51N</i>	<i>SIN</i>	
	5. Omeprazol 40mg EV/jejum		<i>26</i>
	6. Tramal 100mg + 100ml SF 0,9% EV 8/8h SN	<i>SIN</i>	<i>KG, 1472VU</i>
	7. Nauseadron 01 FA + AD EV 8/8h SN	<i>SIN</i>	
	8. Clexane 40mg SC/dia	<i>20</i>	<i>ATV 2K</i>
	9. SSVV + CCGG	<i>CA</i>	
	<i>Clind 600mg (R) 6/6h</i>	<i>21</i>	<i>24 06</i>
	<i>Oxaz 2g EV 12h</i>	<i>21</i>	<i>24 06</i>
	<i>Cefaz 1g</i>	<i>CT</i>	<i>24 06</i>

[Signature]

[Signature]



FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

DIAGNÓSTICO

João Flávio (P)

Paciente	Alojamento:	Leito	Convênio
Reino Silva	9	9-1	
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
02/01	1. Dieta <i>luc</i> 2. SRL 1500ml EV/24h 3. Dipirona 02ML+ AD EV 06/06h 4. Tilatil 20mg + AD EV 12/12h - SN 5. Omeprazol 40mg EV/jejum 6. Tramal 100mg + 100ml SF 0,9% EV 8/8h SN 7. Nauseadron 01 FA + AD EV 8/8h SN 8. Clexane 40mg SC/dia 9. SSVV + CCGG <i>Curativo</i> <i>Oxacilina 2g EV 6/6h</i> <i>Clindam 600mg EV 6/6h</i>	<i>12/02/20</i> <i>13/02/20</i> <i>14/02/20</i> <i>15/02/20</i> <i>16/02/20</i> <i>17/02/20</i> <i>18/02/20</i> <i>19/02/20</i> <i>20/02/20</i> <i>21/02/20</i> <i>22/02/20</i> <i>23/02/20</i> <i>24/02/20</i> <i>25/02/20</i> <i>26/02/20</i> <i>27/02/20</i> <i>28/02/20</i> <i>29/02/20</i> <i>30/02/20</i> <i>01/03/20</i> <i>02/03/20</i> <i>03/03/20</i> <i>04/03/20</i> <i>05/03/20</i> <i>06/03/20</i> <i>07/03/20</i> <i>08/03/20</i> <i>09/03/20</i> <i>10/03/20</i> <i>11/03/20</i> <i>12/03/20</i> <i>13/03/20</i> <i>14/03/20</i> <i>15/03/20</i> <i>16/03/20</i> <i>17/03/20</i> <i>18/03/20</i> <i>19/03/20</i> <i>20/03/20</i> <i>21/03/20</i> <i>22/03/20</i> <i>23/03/20</i> <i>24/03/20</i> <i>25/03/20</i> <i>26/03/20</i> <i>27/03/20</i> <i>28/03/20</i> <i>29/03/20</i> <i>30/03/20</i> <i>31/03/20</i> <i>01/04/20</i> <i>02/04/20</i> <i>03/04/20</i> <i>04/04/20</i> <i>05/04/20</i> <i>06/04/20</i> <i>07/04/20</i> <i>08/04/20</i> <i>09/04/20</i> <i>10/04/20</i> <i>11/04/20</i> <i>12/04/20</i> <i>13/04/20</i> <i>14/04/20</i> <i>15/04/20</i> <i>16/04/20</i> <i>17/04/20</i> <i>18/04/20</i> <i>19/04/20</i> <i>20/04/20</i> <i>21/04/20</i> <i>22/04/20</i> <i>23/04/20</i> <i>24/04/20</i> <i>25/04/20</i> <i>26/04/20</i> <i>27/04/20</i> <i>28/04/20</i> <i>29/04/20</i> <i>30/04/20</i> <i>01/05/20</i> <i>02/05/20</i> <i>03/05/20</i> <i>04/05/20</i> <i>05/05/20</i> <i>06/05/20</i> <i>07/05/20</i> <i>08/05/20</i> <i>09/05/20</i> <i>10/05/20</i> <i>11/05/20</i> <i>12/05/20</i> <i>13/05/20</i> <i>14/05/20</i> <i>15/05/20</i> <i>16/05/20</i> <i>17/05/20</i> <i>18/05/20</i> <i>19/05/20</i> <i>20/05/20</i> <i>21/05/20</i> <i>22/05/20</i> <i>23/05/20</i> <i>24/05/20</i> <i>25/05/20</i> <i>26/05/20</i> <i>27/05/20</i> <i>28/05/20</i> <i>29/05/20</i> <i>30/05/20</i> <i>31/05/20</i> <i>01/06/20</i> <i>02/06/20</i> <i>03/06/20</i> <i>04/06/20</i> <i>05/06/20</i> <i>06/06/20</i> <i>07/06/20</i> <i>08/06/20</i> <i>09/06/20</i> <i>10/06/20</i> <i>11/06/20</i> <i>12/06/20</i> <i>13/06/20</i> <i>14/06/20</i> <i>15/06/20</i> <i>16/06/20</i> <i>17/06/20</i> <i>18/06/20</i> <i>19/06/20</i> <i>20/06/20</i> <i>21/06/20</i> <i>22/06/20</i> <i>23/06/20</i> <i>24/06/20</i> <i>25/06/20</i> <i>26/06/20</i> <i>27/06/20</i> <i>28/06/20</i> <i>29/06/20</i> <i>30/06/20</i> <i>01/07/20</i> <i>02/07/20</i> <i>03/07/20</i> <i>04/07/20</i> <i>05/07/20</i> <i>06/07/20</i> <i>07/07/20</i> <i>08/07/20</i> <i>09/07/20</i> <i>10/07/20</i> <i>11/07/20</i> <i>12/07/20</i> <i>13/07/20</i> <i>14/07/20</i> <i>15/07/20</i> <i>16/07/20</i> <i>17/07/20</i> <i>18/07/20</i> <i>19/07/20</i> <i>20/07/20</i> <i>21/07/20</i> <i>22/07/20</i> <i>23/07/20</i> <i>24/07/20</i> <i>25/07/20</i> <i>26/07/20</i> <i>27/07/20</i> <i>28/07/20</i> <i>29/07/20</i> <i>30/07/20</i> <i>31/07/20</i> <i>01/08/20</i> <i>02/08/20</i> <i>03/08/20</i> <i>04/08/20</i> <i>05/08/20</i> <i>06/08/20</i> <i>07/08/20</i> <i>08/08/20</i> <i>09/08/20</i> <i>10/08/20</i> <i>11/08/20</i> <i>12/08/20</i> <i>13/08/20</i> <i>14/08/20</i> <i>15/08/20</i> <i>16/08/20</i> <i>17/08/20</i> <i>18/08/20</i> <i>19/08/20</i> <i>20/08/20</i> <i>21/08/20</i> <i>22/08/20</i> <i>23/08/20</i> <i>24/08/20</i> <i>25/08/20</i> <i>26/08/20</i> <i>27/08/20</i> <i>28/08/20</i> <i>29/08/20</i> <i>30/08/20</i> <i>31/08/20</i> <i>01/09/20</i> <i>02/09/20</i> <i>03/09/20</i> <i>04/09/20</i> <i>05/09/20</i> <i>06/09/20</i> <i>07/09/20</i> <i>08/09/20</i> <i>09/09/20</i> <i>10/09/20</i> <i>11/09/20</i> <i>12/09/20</i> <i>13/09/20</i> <i>14/09/20</i> <i>15/09/20</i> <i>16/09/20</i> <i>17/09/20</i> <i>18/09/20</i> <i>19/09/20</i> <i>20/09/20</i> <i>21/09/20</i> <i>22/09/20</i> <i>23/09/20</i> <i>24/09/20</i> <i>25/09/20</i> <i>26/09/20</i> <i>27/09/20</i> <i>28/09/20</i> <i>29/09/20</i> <i>30/09/20</i> <i>01/10/20</i> <i>02/10/20</i> <i>03/10/20</i> <i>04/10/20</i> <i>05/10/20</i> <i>06/10/20</i> <i>07/10/20</i> <i>08/10/20</i> <i>09/10/20</i> <i>10/10/20</i> <i>11/10/20</i> <i>12/10/20</i> <i>13/10/20</i> <i>14/10/20</i> <i>15/10/20</i> <i>16/10/20</i> <i>17/10/20</i> <i>18/10/20</i> <i>19/10/20</i> <i>20/10/20</i> <i>21/10/20</i> <i>22/10/20</i> <i>23/10/20</i> <i>24/10/20</i> <i>25/10/20</i> <i>26/10/20</i> <i>27/10/20</i> <i>28/10/20</i> <i>29/10/20</i> <i>30/10/20</i> <i>31/10/20</i> <i>01/11/20</i> <i>02/11/20</i> <i>03/11/20</i> <i>04/11/20</i> <i>05/11/20</i> <i>06/11/20</i> <i>07/11/20</i> <i>08/11/20</i> <i>09/11/20</i> <i>10/11/20</i> <i>11/11/20</i> <i>12/11/20</i> <i>13/11/20</i> <i>14/11/20</i> <i>15/11/20</i> <i>16/11/20</i> <i>17/11/20</i> <i>18/11/20</i> <i>19/11/20</i> <i>20/11/20</i> <i>21/11/20</i> <i>22/11/20</i> <i>23/11/20</i> <i>24/11/20</i> <i>25/11/20</i> <i>26/11/20</i> <i>27/11/20</i> <i>28/11/20</i> <i>29/11/20</i> <i>30/11/20</i> <i>01/12/20</i> <i>02/12/20</i> <i>03/12/20</i> <i>04/12/20</i> <i>05/12/20</i> <i>06/12/20</i> <i>07/12/20</i> <i>08/12/20</i> <i>09/12/20</i> <i>10/12/20</i> <i>11/12/20</i> <i>12/12/20</i> <i>13/12/20</i> <i>14/12/20</i> <i>15/12/20</i> <i>16/12/20</i> <i>17/12/20</i> <i>18/12/20</i> <i>19/12/20</i> <i>20/12/20</i> <i>21/12/20</i> <i>22/12/20</i> <i>23/12/20</i> <i>24/12/20</i> <i>25/12/20</i> <i>26/12/20</i> <i>27/12/20</i> <i>28/12/20</i> <i>29/12/20</i> <i>30/12/20</i> <i>31/12/20</i> <i>01/01/21</i> <i>02/01/21</i> <i>03/01/21</i> <i>04/01/21</i> <i>05/01/21</i> <i>06/01/21</i> <i>07/01/21</i> <i>08/01/21</i> <i>09/01/21</i> <i>10/01/21</i> <i>11/01/21</i> <i>12/01/21</i> <i>13/01/21</i> <i>14/01/21</i> <i>15/01/21</i> <i>16/01/21</i> <i>17/01/21</i> <i>18/01/21</i> <i>19/01/21</i> <i>20/01/21</i> <i>21/01/21</i> <i>22/01/21</i> <i>23/01/21</i> <i>24/01/21</i> <i>25/01/21</i> <i>26/01/21</i> <i>27/01/21</i> <i>28/01/21</i> <i>29/01/21</i> <i>30/01/21</i> <i>31/01/21</i>	<i>Pt em REC estáf clausula</i> <i>ok</i> <i>fix Externa: ok</i> <i>Edema em regressão</i> <i>ok: VPM</i> <i>Amplia curpie</i>



DIAGNÓSTICO

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Joelma. Flautauda

Paciente	Alojamento:	Leito	Convênio
Pedro Silva	9	1	
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
03/01	1. Dieta Livre	12 18 06	
	2. SRL 1500ml EV/24h	12 18 06	
	3. Dipirona 02ML+ AD EV 06/06h	12 18 06	
	4. Tilatil 20mg + AD EV 12/12h	SU	RFG, ROTA 41
	5. Omeprazol 40mg EV/jejum	06	
	6. Tramal 100mg + 100ml SF 0,9% EV 8/8h SN	SU	
	7. Nauseadron 01 FA + AD EV 8/8h SN	SU	
	8. Clexane 40mg SC/dia	06	C.T. 10/14
	9. SSVV + CCGG	06	A.F. 10/14
	Clinico 600mg (10) 6/6h	12 18 06	
	OK 20 06/14	12 18 06	
	CURATIVO		

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



DIAGNÓSTICO

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

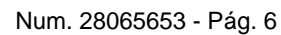
Joelho flutuante (E)

Paciente	Pedro Silva			Alojamento:	9	Leito	1	Convênio	
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica						
04/10/1	1. Dieta livre	cto	Pct em REG estanc atch						
	2. SRL 1500ml EV/24h	16/24/26	APRV, de						
	3. Dipirona 02ML+ AD EV 06/06h	18/28/26	Fenda: estanc, epleus						
	4. Tilatil 20mg + AD EV 12/12h - SN	24/26	+ dor + lue						
	5. Omeprazol 40mg EV/jejum	24	sineas						
	6. Tramal 100mg + 100ml SF 0,9% EV 8/8h SN	24	Cd: VPM						
	7. Nauseadron 01 FA + AD EV 8/8h SN	24	Aguarda cirurgia						
	8. Clexane 40mg SC/dia	24							
	9. SSVV + CCGG	24							
	Oxacilina 2g EV 6/6h	16/18/26							
Clenbutol 60mg EV 6/6h	18/24								
Curativo	24								
Hailisson Barros de Almeida ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA CRM - PB 8662		Hailisson Barros de Almeida ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA CRM - PB 8662							

Job's fluctuata

Dr. Wagner Falcão
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM-PR 8643

Dr. Wagner Paiva
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM-PB 8643



FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

DIAGNÓSTICO

Islets fluctuate

[illegible]

DIAGNÓSTICO

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	Alimentação	Leito	Convênio
03/01/2020	09	1	
Prescrição Médica			
1. Dieta h.l.c.			
2. SRL 1500ml EV/24h			
3. Dipirona 02ML + AD EV 06/06h			
4. Tilatil 20mg + AD EV 12/12h			
5. Omeprazol 40mg EV/jejum			
6. Tramal 100mg + 100ml SF 0,9% EV 8/8h SN			
7. Nauseudron 01 FA + AD EV 8/8h SN			
8. Clexane 40mg SC/dia			
9. SSVV + CCGG			
Evolução Médica			
12.11.2020			
13.11.2020			
14.11.2020			
15.11.2020			
16.11.2020			
17.11.2020			
18.11.2020			
19.11.2020			
20.11.2020			
21.11.2020			
22.11.2020			
23.11.2020			
24.11.2020			
25.11.2020			
26.11.2020			
27.11.2020			
28.11.2020			
29.11.2020			
30.11.2020			
01.12.2020			
02.12.2020			
03.12.2020			
04.12.2020			
05.12.2020			
06.12.2020			
07.12.2020			
08.12.2020			
09.12.2020			
10.12.2020			
11.12.2020			
12.12.2020			
13.12.2020			
14.12.2020			
15.12.2020			
16.12.2020			
17.12.2020			
18.12.2020			
19.12.2020			
20.12.2020			
21.12.2020			
22.12.2020			
23.12.2020			
24.12.2020			
25.12.2020			
26.12.2020			
27.12.2020			
28.12.2020			
29.12.2020			
30.12.2020			
31.12.2020			
01.01.2021			
02.01.2021			
03.01.2021			
04.01.2021			
05.01.2021			
06.01.2021			
07.01.2021			
08.01.2021			
09.01.2021			
10.01.2021			
11.01.2021			
12.01.2021			
13.01.2021			
14.01.2021			
15.01.2021			
16.01.2021			
17.01.2021			
18.01.2021			
19.01.2021			
20.01.2021			
21.01.2021			
22.01.2021			
23.01.2021			
24.01.2021			
25.01.2021			
26.01.2021			
27.01.2021			
28.01.2021			
29.01.2021			
30.01.2021			
31.01.2021			
01.02.2021			
02.02.2021			
03.02.2021			
04.02.2021			
05.02.2021			
06.02.2021			
07.02.2021			
08.02.2021			
09.02.2021			
10.02.2021			
11.02.2021			
12.02.2021			
13.02.2021			
14.02.2021			
15.02.2021			
16.02.2021			
17.02.2021			
18.02.2021			
19.02.2021			
20.02.2021			
21.02.2021			
22.02.2021			
23.02.2021			
24.02.2021			
25.02.2021			
26.02.2021			
27.02.2021			
28.02.2021			
29.02.2021			
30.02.2021			
31.02.2021			

Dr. Wagner Ralcaó
PROTOM. E TRAUMATOLÓGICA
CRM-PB 8643

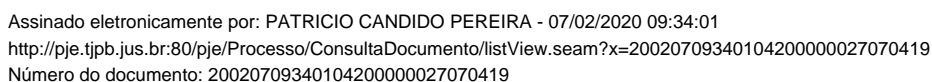
Dr. Wagner Ralcaó
PROTOM. E TRAUMATOLÓGICA
CRM-PB 8643

DIAGNÓSTICO

201th Flt Lt

Dr. Wagner Falcão
ORTÓPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM-PB 8543

Dr. Wagner Falcao
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM-PB 8643



DIAGNÓSTICO

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

100

Feasible plot (E)

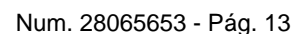
Paciente	Alojamento:	9	Leito	Convênio
11/01	Dieta	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
11/01	1. Dieta Luv			
	2. SRT 1500ml EV/24h			
	3. Dipirona 02ML + AD EV 06/06h			
	4. Tilatil 20mg + AD EV 12/12h - SN			
	5. Omeprazol 40mg EV/jejum			
	6. Tramal 100mg + 100ml SF 0,9% EV 8/8h SN			
	7. Nauseudron 01 FA + AD EV 8/8h SN			
	8. Clexane 40mg SC/dia			
	9. SSVV + CCGG			
	Oxacelona 3g EV 6/6h			
	Hallisson Barros de Almeida ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA			



FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

on: Feils flutruante (E)

Willisson Barros de Almeida
TOPEKA E TRANSAUTOCIA



[illegible]

Padro: Silvio

Convenio

Leito.

9

Alojz

•

[illegible]





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Diagnóstico

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

OK

P.O. Ex. g. e. l. m. f. l. u. z. a. r. e.

Paciente	Alojamento	Leito	Convênio
Pedro Silva	9	1	
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
16/21	1. DIETA LIVRE	U	
	2. SF 0,9% 1500ML EV 24H	10	
	4. CLINDA 600 MG EV 6/6 H	3x 10h	POT. proced. em cirurgia
	5. GENTA 240 mg EV 8x/DIA	3x 10h	antibiótico em 1x, 2x, 3x, 4x, 5x, 6x, 7x, 8x, 9x, 10x, 11x, 12x
	6. DIPIRONA 7ML EV 6/6H	3x 10h	co. Rx e f. r. s. l. e.
	7. OMEPRAZOL 40MG EV JEIUM	3x 10h	
	8. TRAMAL 100MG + 100ML SF 0,9 EV 8/8h S/N	3x 10h	
	9. NAUSEDRON 1 FA + AD EV 8/8h S/N	3x 10h	
	10. TILATIL 20 mg + AD - EV 12/12h S/N	3x 10h	
	11. XARELTO 15MG 1 CP VO 1 X DIA	3x 10h	
	12. CURATIVO 1 X DIA	3x 10h	
	13. SSVV + CCGG	3x 10h	
	Dr. Julio Cesar Castro		
	Ortopedia e Traumatologia		
	CRM/PA 9885		

MOD. 035



Assinado eletronicamente por: PATRICIO CANDIDO PEREIRA - 07/02/2020 09:34:01

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20020709340104200000027070419>

Número do documento: 20020709340104200000027070419

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

DIAGNÓSTICO

Pólex gálico

Paciente	Alojamento	Leito	Convênio
Pedro Gil	9	1	
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
17/21	1. Dieta <i>h12m</i>	18 24	
	2. SRL 1500ml EV/24h	19 06	
	3. Dipirona 02ML+ AD EV 06/06h	12 24	
	4. Tilatil 20mg + AD EV 12/12h	06 24	
	5. Omeprazol 40mg EV/jejum.	14 24	
	6. Tramal 100mg + 100ml SF 0,9% EV 8/8h	14 24	
	7. Nausebron 01 FA + AD EV 8/8h SN	14 24	
	8. Clexane 40mg SC/dia	14 24	
	9. SSVV + CCGG	14 24	
	<i>Clinda 600mg @ 6/6h</i>	18 24	
	<i>Dr. Wagner Falcão</i> ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA CRM-PB 8643		<i>Dr. Wagner Falcão</i> ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA CRM-PB 8643
18/21	<i>Alta Negativa</i>		
	<i>Dr. Wagner Falcão</i> ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA CRM-PB 8643		





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

ATESTADO

ATESTAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE O(A) SR. (A):

Melo

PORTADOR(A) DA CARTEIRA PROFISSIONAL Nº. _____

SÉRIE _____ ESTEVE INTERNADO(A) NESTA UNIDADE HOSPITALAR, SUBMETENDO-SE A
TRATAMENTO ESPECIALIZADO DE ENTIDADE NOSOLÓGICA DE Nº: 572/982 NO CID. DURANTE
O PERÍODO DE 29/11/17 A 13/10/18 NECESSITANDO DE
90 (noventa) DIAS DE AFASTAMENTO DE SUAS ATIVIDADES.

Campina Grande

18/10/18

Ass. do Médico - Nº. do CRM

Dr. Wagner Falcão
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM-RB 8643

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ autorizo o

Dr., _____ a registrar o diagnóstico
codificado CID ou por extenso neste atestado médico.

Ass. do Paciente ou Responsável

MOD. 060





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 001.2020.601685

Data Vencimento: 29/02/2020

Data Emissão: 07/02/2020

Comarca: Campina Grande

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: PEDRO SILVA DE MELO

Promovido: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A

Valor da Causa: R\$ 6.750,00

Despesas Processuais: R\$ 5,00

Custas: R\$ 515,10

Taxa: R\$ 101,25



Total da Guia: R\$ 621,35


Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.



Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98			Número do boleto: 001.7.20.01685/01
(Via da parte)			Data de emissão: 07/02/2020
Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:	Data de vencimento:
	Campina Grande	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	29/02/2020
Número da guia: 001.2020.601685		Tipo da Guia: Custas Prévias	
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 515,10 - Taxa Judiciária: R\$ 101,25 - Despesas processuais postais: R\$ 5,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35		Promovente: PEDRO SILVA DE MELO Promovido: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO	
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.		UFR vigente: R\$ 51,51 Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6 Parcela: 1/1 Valor total: R\$ 622,70 Desconto total: R\$ 0,00	
866600000065 227009283184 520200229000 172001685012 			Valor final: R\$ 622,70

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98			Número do boleto: 001.7.20.01685/01
(Via do processo)			Data de emissão: 07/02/2020
Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:	Data de vencimento:
	Campina Grande	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	29/02/2020
Número da guia: 001.2020.601685		Tipo de Guia: Custas Prévias	
Promovente: PEDRO SILVA DE MELO Promovido: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S/A		UFR vigente: R\$ 51,51 Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6 Parcela: 1/1 Valor total: R\$ 622,70 Desconto total: R\$ 0,00	
Detalhamento: - Despesas processuais postais: R\$ 5,00 - Com AR R\$ 5,00		Valor final: R\$ 622,70	

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98			Número do boleto: 001.7.20.01685/01
(Via do banco)			Data de emissão: 07/02/2020
Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:	Data de vencimento:
	Campina Grande	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	29/02/2020
Número da guia: 001.2020.601685		Tipo de Guia: Custas Prévias	
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 515,10 - Taxa Judiciária: R\$ 101,25 - Despesas processuais postais: R\$ 5,00 - Taxa bancária: R\$ 1,35		Promovente: PEDRO SILVA DE MELO Promovido: SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO	
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.		UFR vigente: R\$ 51,51 Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6 Parcela: 1/1 Valor total: R\$ 622,70 Desconto total: R\$ 0,00	
866600000065 227009283184 520200229000 172001685012 			Valor final: R\$ 622,70





Estado da Paraíba - Poder Judiciário
Comarca de Campina Grande
Juízo de Direito da 8.ª Vara Cível
Fórum Affonso Campos, rua Vice-prefeito Antônio Carvalho de Sousa, s/n, Estação Velha,
Campina Grande-PB – Telefone (083) 3310-2540 – CEP 58.410-050

Número do Processo: 0802500-14.2020.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: PEDRO SILVA DE MELO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certidão de Ato Ordinatório

ATO ORDINATÓRIO n° 4, do Anexo A, praticado nos termos do Provimento CGJ n° 04/2014, por:

- ☒ (x) mandado via sistema
- ☐ () mandado via Oficial de Justiça
- ☐ () precatória
- ☐ () ofício
- ☐ () via postal
- ☐ () edital
- ☐ () em cartório
- ☐ () outros - _____

ATOS ORDINATÓRIOS EM FACE DA PETIÇÃO INICIAL (ANEXO A)

- 1. Expedir intimação ao autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, fornecer cópias da inicial em número suficiente para a citação dos réus.**
- 2. Expedir intimação ao autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, subscrever a petição inicial.**
- 3. Expedir intimação ao autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o preparo do processo.**
- 4. Expedir intimação ao autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar o instrumento de mandato conferido ao advogado.**
- 5. Expedir intimação ao autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, indicar o valor da causa, nos termos do art. 292 do CPC.**

Campina Grande-PB, 7 de fevereiro de 2020.

ANALINE BORGES CIRNE
Anal./Téc. Judiciário





8ª Vara Cível de Campina Grande

Nº do processo: 0802500-14.2020.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: PEDRO SILVA DE MELO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)

Intime-se a parte autora, por seu(a) advogado (a), para, em 5 (cinco) dias, apresentar o instrumento de mandato conferido ao advogado.

Advogado: PATRICIO CANDIDO PEREIRA OAB: PB13863-B Endereço: desconhecido

Campina Grande, em 7 de fevereiro de 2020.

De ordem, ANALINE BORGES CIRNE





Estado da Paraíba - Poder Judiciário

Comarca de Campina Grande

Juízo de Direito da 8.ª Vara Cível

Fórum Affonso Campos, rua Vice-prefeito Antônio Carvalho de Sousa, s/n, Estação Velha,

Campina Grande-PB – Telefone (083) 3310-2540 – CEP 58.410-050

Número do Processo: 0802500-14.2020.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: PEDRO SILVA DE MELO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE DECURSO DE PRAZO AUTORA

Certifico e dou fé que o prazo da parte autora decorreu conforme o print abaixo:

PATRICIO CANDIDO PEREIRA Prazo: 5 dias

Campina Grande, 28 de fevereiro de 2020

ANALINE BORGES CIRNE

Téc./Anal. Judiciário



EXCELENTÍSSIMO(a) SR(a). DR(a). JUIZ(a) DE DIREITO DA **8ª VARA CÍVEL** DA
COMARCA DE **CAMPINA GRANDE/PB**,

(URGENTE, URGENTÍSSIMA)

PROCESSO: **0802500-14.2020.8.15.0001**

AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT POR INVALIDEZ

AUTOR: PEDRO SILVA DE MELO

PROMOVIDO: SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A

PEDRO SILVA DE MELO, já devidamente qualificado nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA, processo número a epígrafe, através de seu advogado “in fine” assinado, vem perante Vossa Excelência, expondo e requerendo o que segue:

DOUTO JUIZ, em atendimento ao despacho exaurido do mandado publicado no ID nº 28072764, **REQUEREMOS a Vossa Excelência a juntada da procuração pública, onde é outorgado poderes a este causídico para fins de ingresso com a presente demanda.**

Nestes Termos,

Pede e Espera Deferimento

Campina Grande/PB, 02 de março de 2020.

PATRÍCIO CÂNDIDO PEREIRA

- Advogado OAB/PB 13.863-B -





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TABELIONATO 2º OFÍCIO DE NOTAS

Praça da Bandeira, 105 - Centro - Campina Grande - PB - CEP. 58.400-085 - Fone: (83) 3321-8899

PROCURAÇÃO

Livro: 573
Folha(s): 134 à 134v
TRASLADO 1.º

PROCURAÇÃO PÚBLICA bastante que faz: PEDRO SILVA DE MELO.

SAIBAM todos quantos este público instrumento de procuração virem que aos 28 (Vinte e Oito) dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Campina Grande, Estado Paraíba, Praça da Bandeira, número 105, Bairro Centro, neste cartório, perante mim escrevente compareceu como **Outorgante: PEDRO SILVA DE MELO**, brasileiro, agricultor, solteiro, maior, nascido em 11/10/1990, portador do(a) RG - Cédula de Identidade de Registro Geral de número 3.728.814, Órgão Emissor SSDS/PB, e, do CPF/MF de número 113.576.974-57, filiação: João Ferreira de Melo e Severina Silva de Melo, residente e domiciliado na(o) Travessa Inácio Alves de Queiroz, número 121, Bairro Petrolândia, Lagoa Seca-PB, em trânsito por esta cidade, reconhecido como o próprio por mim escrevente pelos documentos que me foram apresentados em seus originais, e de cuja capacidade jurídica dou fé. Pelo outorgante me foi dito que, por este público instrumento e nos melhores termos de direito, nomeia e constitui seu bastante Procurador: Dr.º **PATRICIO CANDIDO PEREIRA**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/PB n.º 13.863-B, casado, portador do(a) RG - Cédula de Identidade de Registro Geral de número 1808701, Órgão Emissor SSP/PB, e, do CPF/MF de número 991.440.344-15, email: PATRICIOADV@HOTMAIL.COM, Fone: (83) 98700-8099 e (83) 99935-9957, com endereço profissional na Rua Santa Catarina, 833, Bairro Liberdade, nesta cidade de Campina Grande-PB; a quem confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad judicium", conforme art. 105 parte final do CPC, **PARA FINS DE PROPOR AÇÃO DE COBRANÇA PARA RECEBIMENTO DO SEGURO DPVAT.** Podendo o outorgado, confessar, assinar, desistir, propor acordo, receber intimações, dar quitações, transigir, apresentar réplica, oposições, firmar, apresentar recurso e contra razões, e ainda requerer seguro de vida, bem como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo acompanhar todo o processo até o final do julgamento, representando ainda o outorgante, para fins dos dispostos dos artigos 447 e 448 do Código de Processo Civil, podendo, finalmente praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato. **Os honorários advocatícios, em não havendo contrato que os regule, serão pagos a base de 30% (trinta por cento), sobre o valor da condenação final, apurado em liquidação de sentença, sem prejuízo dos honorários de sucumbências, conforme aqui pactos através do presente instrumento.** OBS: Instrumento lavrado sob minuta. **O outorgante deixa sua impressão digital, por não ser alfabetizado,** acompanhado da Sr.ª **VERA LÚCIA DO NASCIMENTO SANTOS**, brasileira, viúva, do lar, portadora do RG n.º 2.980.502-2.ª via SSDS/PB e do CPF n.º 052.198.634-60, residente na Travessa Inácio Alves de Queiroz, 121, Lagoa Seca-PB, que assina a rogo e como testemunha dele outorgante. Os dados do procurador e do objeto da presente foram fornecidos por declaração, ficando o outorgante responsável por sua veracidade, bem como por

DOCUMENTO ORIGINAL
DOCUMENTO ORIGINAL

DOCUMENTO ORIGINAL
DOCUMENTO ORIGINAL

DOCUMENTO ORIGINAL
DOCUMENTO ORIGINAL

DOCUMENTO ORIGINAL
DOCUMENTO ORIGINAL

DOCUMENTO ORIGINAL
DOCUMENTO ORIGINAL

Viviane Clevidia de Sousa Caitano
Escrevente Autorizada



qualquer incorreção. Eximindo esta Serventia de qualquer responsabilidade civil e criminal. E como assim o disse do que dou fé, lavrei este instrumento que, sendo-lhe lido em voz alta, outorga, aceita e assina. Eu, VIVIANE CLEVIDIA DE SOUSA CAITANO, Escrevente, subscrevo e assino em público e raso com sinal que uso. Em testemunho (_____) da verdade. As.: PEDRO SILVA DE MELO; VERA LUCIA DO NASCIMENTO SANTOS. Está conforme o original. Dou fé. Traslada hoje. Lavrada em 28 de Fevereiro de 2020, às fls. 134 a 134v. Emolumentos: R\$51,08; Taxa FARPEN: R\$5,56; Taxa FEPJ: R\$9,40; Taxa MP: R\$0,82; Taxa ISS: R\$2,55; Valor Total: R\$69,41, conforme Lei 10.169/2000 do Provimento 05/2006.Selo Digital: AJU75220-3ACQ - Consulte autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>

Campina Grande/PB, 28 de Fevereiro de 2020

Viviane Clevidia de Sousa Caitano
Escrevente Autorizada

VIVIANE CLEVIDIA DE SOUSA CAITANO





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE CAMPINA GRANDE
JUÍZO DE DIREITO DA OITAVA VARA CÍVEL**

Processo nº 0802500-14.2020.8.15.0001

DESPACHO

Vistos, etc.

Analisando os autos, observa-se que a parte autora juntou no Id 28065659 resultado da consulta, que informa que o pedido de indenização do seguro DPVAT foi negado.

Em consulta ao sítio eletrônico da Seguradora Líder, conforme anexo, observa-se que a negativa ocorreu em virtude do não recebimento da documentação complementar solicitada.

Assim, **intime-se** o promovente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, justificando o interesse de agir da presente demanda, pois, *a priori*, não se vislumbra pretensão resistida da Seguradora demandada a justificar a intervenção do Poder Judiciário, visto que a negativa ocorreu por má instrução do requerimento administrativo.

Cumpra-se.

Campina Grande, data e assinatura digitais.

LUA YAMAOKA MARIZ MAIA PITANGA
Juíza de Direito





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 27 de Janeiro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190443237

Vítima: PEDRO SILVA DE MELO

Data do Acidente: 23/12/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), PEDRO SILVA DE MELO

Informamos que não recebemos a documentação complementar solicitada necessária à análise do pedido do Seguro DPVAT.

Como o prazo de 180 (cento e oitenta) dias concedido para a entrega dos documentos terminou, o seu pedido foi cancelado.

Para a reabertura do pedido do Seguro DPVAT, retorne ao ponto de atendimento onde o seu processo foi iniciado para apresentar os documentos já solicitados.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00635/00636 - carta_16 - INVALIDEZ



Carta nº 15419222





8ª Vara Cível de Campina Grande

Nº do processo: 0802500-14.2020.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: PEDRO SILVA DE MELO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)

Intime-se a parte promovente, por seu advogado, do despacho/decisão/ato ordinatório/sentença abaixo:

DESPACHO

Vistos, etc.

Analisando os autos, observa-se que a parte autora juntou no Id 28065659 resultado da consulta, que informa que o pedido de indenização do seguro DPVAT foi negado.

Em consulta ao sítio eletrônico da Seguradora Líder, conforme anexo, observa-se que a negativa ocorreu em virtude do não recebimento da documentação complementar solicitada.



Assim, **intime-se** o promovente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, justificando o interesse de agir da presente demanda, pois, *a priori*, não se vislumbra pretensão resistida da Seguradora demandada a justificar a intervenção do Poder Judiciário, visto que a negativa ocorreu por má instrução do requerimento administrativo.

Advogado: PATRICIO CANDIDO PEREIRA OAB: PB13863-B Endereço: desconhecido

Campina Grande, em 13 de março de 2020.

De ordem, ANALINE BORGES CIRNE



em nexo - PDF



EXCELENTÍSSIMO(A) Sr(A) Dr(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE/PB,

PROCESSO: 0802500-14.2020.8.15.0001

AÇÃO DE COBRANÇA

AUTOR: PEDRO SILVA DE MELO

PROMOVIDA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

PEDRO SILVA DE MELO, já devidamente qualificado nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA, que move contra SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, em tramite perante este Juízo e respectivo Cartório, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, perante, Vossa Excelência, expor e requerer o que segue:

Douta Juíza, em atendimento ao despacho contido no Mandado inserido no ID nº 29088187, onde é determinado que o autor emende a inicial, justificando o interesse de agir da presente demanda, tendo em vista, que na mesma não se vislumbra a pretensão resistida, pois, que a negativa ocorreu pela má instrução do requerimento administrativo.

Pois bem!!!

Excelência, existe uma obrigatoriedade imposta pela Seguradora líder de só receber processos administrativos com toda documentação necessária, onde se estiver faltando, no caso de LAUDOS pela impossibilidade, o autor assina uma declaração padrão que eles fornecem.

Assim, toda vez que a seguradora líder fica requerendo tais documentos, tem o intuito único e exclusivo de procrastinar a lide.

E tem mais, mesmo enviando a documentação como requerida pela Líder, tais pedidos são negados da mesma forma, porque gerou uma suposta pendência, a qual não deveria existir, tendo em vista que o processo só é recepcionado com toda documentação exigida pela promovida.



Simple assim, os Correios só recebem a documentação completa, basta diligenciar, que será comprovada tal afirmação.



Seguradora Líder • DPVAT

SEGURO DPVAT - PROTOCOLO DE REC

IDENTIFICAÇÃO

VÍTIMA _____
 DATA DO ACIDENTE _____ CPF DA VÍTIMA _____
 PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO _____
 QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR () VÍTIMA () REPRESENTANTE LEGAL, CUJO PARANTESCO COM A VÍTIMA É _____
 ENDEREÇO DO PORTADOR _____
 Nº _____ COMPLEMENTO _____ BAIRRO _____
 CIDADE _____ UF _____ CEP _____
 E-MAIL _____ TELEFONE (____) _____

MARQUE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:

DOCUMENTOS BÁSICOS - INVALIDEZ PERMANENTE

- () REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- () CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () LAUDO DO IML (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- () NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR O LAUDO DO IML: DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML (ORIGINAL) ASSINADA PELA VÍTIMA E RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE (ORIGINAL), QUE COMPROVE A EXISTÊNCIA DA INVALIDEZ PERMANENTE, COM A DATA DA ALTA DEFINITIVA
- () BOLETIM DE ATENDIMENTO HOSPITALAR OU AMBULATORIAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- () AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

DATA _____
 IDENTIDADE _____
 ASSINATURA _____

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NOS CORREIOS

DATA _____ MATR. CORREIOS _____
 NOME _____
 ASSINATURA _____

Mais, agravante é que quando as pessoas se dirigem aos Correios, pra suprirem tais exigências, deixam a documentação lá e não recebem comprovação de que atenderam pela segunda vez tal exigência.

Isso é público e notório.



Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190443237
Vítima: PEDRO SILVA DE MELO
Data do Acidente: 23/12/2017
Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), PEDRO SILVA DE MELO

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Autorização de pagamento incompleto(a), necessário apresentar o documento completo sem rasuras ou abreviações.

Documentação médico-hospitalar incompleto(a), necessário apresentar o documento completo sem rasuras ou abreviações.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Vamos a análise do caso concreto, no que tange as pendências solicitadas pela seguradora líder/promovida.

Na sua carta, aduz que a AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO NÃO CONCLUSIVA, entretanto, não fala em que se dá tal inconclusividade. Para tanto, trata-se de um formulário em que o autor assina e anexa cópia do cartão bancário.

Aduziu também, que o PRONTUARIO MEDICO HOSPITALAR está incompleto. Nesse caso, além do autor ter enviado impresso integralmente, também, foi entregue o CD fornecido pelo Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes.

Será Excelência, que não seria mais cômodo e mais rápido tal recebimento em tal via, qual o interesse do autor em procrastinar tal recebimento.

Diante disso, ressaltamos a Vossa Excelência, que a negativa não se deu por inépcia do autor. Se deu sim, por fatos alheios a sua vontade, que obstruem seu direito em receber o seguro DPVAT, indenização prevista em Lei e direito de todos aqueles que sofrem acidentes de trânsito, as quais devem ser pagas mediante simples provas do acidente.

O art. 5º da Lei n.º 6.194/74, prevê como necessário para o pagamento da indenização relativa ao seguro DPVAT, "prova do acidente e do dano decorrente", independentemente da existência de culpa.



A redação do mencionado dispositivo não limita os meios de prova a serem utilizados para a demonstração da ocorrência do acidente, sendo dispensável a apresentação de boletim de ocorrência, desde que os demais elementos dos autos sejam suficientes para comprovar o acidente envolvendo veículo automotor de via terrestre e a morte ou a incapacidade dele decorrente.

Assim, têm se manifestado nossos Tribunais Pátrios:

Classe: APELAÇÃO
Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível
Relator: Desa. Maria das Graças Moraes Guedes
Origem: TJPB - Tribunal Pleno, Câmaras e Seções Especializadas
Tipo do documento: Acórdão
Data de juntada: 25/09/2018

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT C/C REPARAÇÃO DE DANOS. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. DEVIDA COMPROVAÇÃO DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. PRESENÇA DA CONDIÇÃO DA AÇÃO. INTERESSE PROCESSUAL CONFIGURADO. ANULAÇÃO DO DECISUM. RETORNO À ORIGEM PARA O REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO. PROVIMENTO.

Nas ações do Seguro DPVAT não há de se falar em ausência de interesse processual quando o autor traz na inicial prova da lide administrativa.

“SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE DE AGIR PRESENTE. RECURSO IMPROVIDO. VERIFICA-SE QUE A AUTORA PLEITEOU O PAGAMENTO NA VIA ADMINISTRATIVA, TENDO SEU REQUERIMENTO CANCELADO. ASSIM, NÃO HÁ QUE SE FALAR DE AUSÊNCIA DESSE REQUERIMENTO PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. PRESCRIÇÃO, PRAZO DE TRÊS ANOS, POR INCIDÊNCIA DO ARTIGO 206, § 3º, IX, DO CÓDIGO CIVIL. INOCORRÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO. 1. O seguro DPVAT é de responsabilidade civil, aplicando-se o artigo 206, § 3º, inciso IX, do Código Civil, diante da interpretação conferida à norma intertemporal prevista em seu artigo 2028. 2. No caso em exame, o termo inicial da contagem é a data em que o segurado teve conhecimento inequívoco da existência de incapacidade permanente. E a prova produzida permite reconhecer que o ajuizamento ocorreu em tempo oportuno, o que determina o acolhimento do inconformismo. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. CORREÇÃO MONETÁRIA. INÍCIO DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES QUE COINCIDE COM A DATA DO SINISTRO. RECURSO IMPROVIDO. Considerando que a obrigação da seguradora ao pagamento de indenização se tornou devida na data do sinistro, a correção monetária tem incidência a partir desse momento, de modo a assegurar efetivamente a reparação que se busca. Impossível se



considerar a data do ajuizamento da ação, porque acarretaria injusto perdimento à autora, que não teria assegurado o pagamento do exato valor. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. PREVALECIMENTO DA RESPONSABILIDADE SUCUMBENCIAL. RECURSO IMPROVIDO, COM OBSERVAÇÃO. O conjunto probatório permite alcançar plena convicção quanto à existência do acidente e dos danos dele decorrente. E uma vez condenada a ré ao cumprimento da obrigação, daí decorre necessariamente a sua responsabilidade pelas verbas sucumbenciais. Em razão do resultado, na forma do artigo 85, § 11, do CPC, eleva-se a verba honorária sucumbencial para 15% do valor da condenação.” (TJSP; APL 1005582-33.2015.8.26.0100; Ac. 10620984; São Paulo; Trigesima Primeira Câmara de Direito Privado; Rel. Des. Antonio Rigolin; Julg. 25/07/2017; DJESP 02/08/2017; Pág. 2053) – (grifo nosso).

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO - DPVAT - FALTA DE INTERESSE DE AGIR - GRAU DE INVALIDEZ - LAUDO PERICIAL- CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento dos Recursos Extraordinários nº. 839.314 e 824.704, entendeu que nas ações de cobrança do seguro DPVAT, para que exista pretensão resistida e necessidade de intervenção jurisdicional é imprescindível o prévio requerimento administrativo, todavia, **é dispensável o esgotamento das vias administrativas.** É devida a indenização do seguro DPVAT após comprovação do grau de invalidez do segurado. A correção monetária da indenização sobre a invalidez permanente deve incidir desde a data do sinistro até o efetivo pagamento. (TJ-MG - AC: 10000190323592001 MG, Relator: Estevão Lucchesi, Data de Julgamento: 11/06/0019, Data de Publicação: 14/06/2019)

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. SEGURO DPVAT. DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. RECURSO ADESIVO. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. Trata-se, como visto no sumário relatório, de ação de cobrança, relativa à indenização do seguro obrigatório previsto na Lei nº 6.194/74 (DPVAT), convertida na Lei nº 11.945/2009, julgada parcialmente procedente na origem. A ausência de envio de solicitação extrajudicial não justifica a extinção da demanda, haja vista a desnecessidade do esgotamento da via administrativa, de acordo com a exegese do artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal. Ademais, **o requerimento administrativo encaminhado à seguradora ré é considerado válido para comprovar a pretensão resistida no âmbito administrativo.** A verba honorária deve ser fixada levando em conta os pressupostos elencados no artigo 85, § 2º do CPC/15, ou seja, o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa. Manutenção do quantum fixado a título de honorários advocatícios, pois atingido os pressupostos básicos referidos alhures. APELAÇÃO E RECURSO ADESIVO DESPROVIDOS. (Apelação Cível Nº 70079777371, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Niwton Carpes da Silva, Julgado em 13/12/2018). (TJ-RS - AC: 70079777371 RS, Relator: Niwton Carpes da Silva, Data de Julgamento:



13/12/2018, Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 18/12/2018)

Segundo o entendimento fixado pelo egrégio STF, por meio de julgamento de repercussão geral, para o ajuizamento de ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT é necessário a comprovação de prévio pedido administrativo, não sendo necessário, entretanto, o esgotamento dessa via. Confira-se a ementa do referido julgado:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240-RG. 1. O estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no art. 5.º, XXXV, da Constituição Federal, conforme firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso. 2. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejar a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracteriza após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas. (...) (STF, RE 839.314, Rel. Min. LUIZ FUX, julgado em 10/10/2014, publicado em 16/10/2014) (grifamos)

- DO PEDIDO:

FACE O EXPOSTO, requeremos a Vossa Excelência o prosseguimento do feito, com a determinação de perícia médica no autor, tendo em vista que o requerimento administrativo está comprovado, onde o cancelamento se deu por parte da Seguradora líder.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Campina Grande/PB, 15 de abril de 2020.

Patrício Cândido Pereira
Advogado OAB/PB nº 13.863-B





Seguradora Líder • DPVAT

SEGURO DPVAT - PROTOCOLO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS

INVALIDEZ PERMANENTE E DAMS

ID

IDENTIFICAÇÃO

VÍTIMA _____

DATA DO ACIDENTE _____ CPF DA VÍTIMA _____

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO _____

QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR () VÍTIMA () REPRESENTANTE LEGAL, CUJO PARANTESCO COM A VÍTIMA É _____

ENDEREÇO DO PORTADOR _____

Nº _____ COMPLEMENTO _____ BAIRRO _____

CIDADE _____ UF _____ CEP _____

E-MAIL _____ TELEFONE (____) _____

MARQUE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:

DOCUMENTOS BÁSICOS - INVALIDEZ PERMANENTE

- () REGISTRO DE Ocorrência EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- () CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () LAUDO DO IML (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- () NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR O LAUDO DO IML: DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML (ORIGINAL) ASSINADA PELA VÍTIMA E RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE (ORIGINAL), QUE COMPROVE A EXISTÊNCIA DA INVALIDEZ PERMANENTE, COM A DATA DA ALTA DEFINITIVA
- () BOLETIM DE ATENDIMENTO HOSPITALAR OU AMBULATORIAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- () AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - INVALIDEZ PERMANENTE

- () CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL), OU DECLARAÇÃO DA RESIDÊNCIA (ORIGINAL)

ANTE LEGAL É QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS. PODE SER PAI OU MÃE

DOCUMENTOS BÁSICOS - DAMS

- () REGISTRO DE Ocorrência EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- () CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE, INFORMANDO AS LESÕES SOFRIDAS EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE E O TRATAMENTO REALIZADO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTES (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DAS DESPESAS MÉDICAS HOSPITALARES QUITADAS
- () NOTAS FISCAIS (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DE FARMÁCIA ACOMPANHADAS DO RESPECTIVO RECEITUÁRIO MÉDICO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- () AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - DAMS

- () CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- () COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)

OBS: REPRESENTANTE LEGAL É QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS. PODE SER PAI OU MÃE

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- VALORES DE INDENIZAÇÃO
- MORTE = R\$ 13.500,00
 - INVALIDEZ PERMANENTE = ATÉ R\$ 13.500,00. ESTE VALOR VARIA CONFORME A GRAVIDADE DAS LESÕES E DE ACORDO COM TABELA DE SEGURO PREVISTA NA LEI 6.194/74.
 - DESPESAS MÉDICAS (DAMS) = REEMBOLSO ATÉ R\$ 2.700,00 (REEMBOLSO). ESTE VALOR VARIA CONFORME O TOTAL DE DESPESAS COMPROVADAS.
- O PRAZO PARA O PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO É DE 30 DIAS, CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO COMPLETA NA SEGURADORA LÍDER DPVAT
 - COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, PODERÃO SER SOLICITADOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, COMO OS LISTADOS NESTE FORMULÁRIO
 - PARA ACOMPANHAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, ACESSE WWW.DPVATSEGURODOTRANSITO.COM.BR OU LIGUE GRÁTIS SAC DPVAT 0800 022 1204

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

DATA _____

IDENTIDADE _____

ASSINATURA _____

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NOS CORREIOS

DATA _____ MATR. CORREIOS _____

NOME _____

ASSINATURA _____



Assinado eletronicamente por: PATRICIO CANDIDO PEREIRA - 15/04/2020 09:33:33

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20041509333318500000028726651>

Número do documento: 20041509333318500000028726651



Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 31 de Julho de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190443237

Vítima: PEDRO SILVA DE MELO

Data do Acidente: 23/12/2017

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), PEDRO SILVA DE MELO

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Autorização de pagamento incompleto(a), necessário apresentar o documento completo sem rasuras ou abreviações.

Documentação médico-hospitalar incompleto(a), necessário apresentar o documento completo sem rasuras ou abreviações.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00295/00296 - carta_03 - INVALIDEZ

00060148



Carta nº 14638701





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE CAMPINA GRANDE
JUÍZO DE DIREITO DA OITAVA VARA CÍVEL**

Processo nº 0802500-14.2020.8.15.0001

SENTENÇA

COBRANÇA DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO COM INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA. EQUIPARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. INDEFERIMENTO DA INICIAL. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

Vistos, etc.

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada por **PEDRO SILVA DE MELO** em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, ambos qualificados, em razão dos fatos e fundamentos jurídicos delineados na inicial.

Consta dos autos informação de que o promovente pleiteou administrativamente o seguro DPVAT, contudo, de acordo com o endereço eletrônico da Seguradora demandada, o sinistro 3190443237 encontra-se negado, em razão do não recebimento da documentação complementar solicitada, necessária à análise do pedido de seguro DPVAT, conforme consulta acostada no Id 28839070.

Intimado para, emendando a inicial, justificar o interesse de agir da presente demanda, já que não ocorreu a negativa do mérito do pedido administrativo pela Seguradora promovida, o autor afirmou que apresentou toda a documentação necessária, não restando outro meio a não ser o judicial para o recebimento da indenização que entende devida.

Com efeito, o que tenho visto, frequentemente, são requerimentos administrativos premeditadamente mal instruídos com o simples propósito de forçar o cancelamento ou a negativa dos pedidos e para que sirvam tão somente para ultrapassar a regra da necessidade do prévio requerimento administrativo e legitimar o pleito judicial.

Registre-se que *não estou afirmando ser a hipótese dos autos*, mas que o presente caso se



enquadra na condição de requerimento administrativo mal instruído não resta dúvida.

O seguro DPVAT não indeniza a simples lesão/fratura, mas a sequela que ficar em decorrência dela. Pela documentação apresentada pelo autor, não se tem informação de sequela, mas apenas de fratura. Uma fratura, se adequadamente tratada, não necessariamente deixa sequela.

Contudo, embora pudesse ser sanada a ausência da indicação de invalidez permanente, fato é que o requerimento administrativo prévio mal instruído equivale a sua inexistência.

Com efeito, tenho que inexistente pretensão resistida a justificar a intervenção do Judiciário. Não há nem mesmo indício de ameaça a direito.

Neste ponto, considerando que o interesse de agir se constitui em uma das condições da ação, falta, à presente causa, um de seus *pilares de sustentação*, de molde a ensejar a extinção do feito.

Ante o exposto, **INDEFIRO a petição inicial e JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO**, nos termos do art. 330, III, do CPC/2015, por ausência de interesse processual, já que inexistente qualquer indício que informe a necessidade do uso da ação judicial para resolução da questão trazida ao conhecimento do Judiciário.

Condeno o(a) promovente ao pagamento das custas processuais. Entretanto, a cobrança dessas obrigações fica, contudo, nos termos do art. 98 da Lei Processual Civil de 2015, suspensa, até prova da aquisição de condições pela parte demandante, dada a gratuidade judiciária concedida neste ato.

Publicação e registro eletrônicos.

Intime-se.

Por fim, atente-se a Escrivania para que, não interposta a apelação, **intime-se** a parte promovida do trânsito em julgado da sentença, conforme o art. 331, § 3º, do CPC/2015.

Após, **arquivem-se** os presentes autos, observando as cautelas de estilo.

Cumpra-se.

Campina Grande/PB, data e assinatura digitais.

LUA YAMAOKA MARIZ MAIA PITANGA

Juíza de Direito





8ª Vara Cível de Campina Grande

Nº do processo: 0802500-14.2020.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto(s): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: PEDRO SILVA DE MELO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

MANDADO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(A)

Intime-se a parte promovente, por seu advogado, do despacho/decisão/ato ordinatório/sentença abaixo:

SENTENÇA

COBRANÇA DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO COM INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA. EQUIPARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. INDEFERIMENTO DA INICIAL. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

Vistos, etc.

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT ajuizada por **PEDRO SILVA DE MELO** em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, ambos qualificados, em razão dos fatos e fundamentos jurídicos delineados na inicial.

Consta dos autos informação de que o promovente pleiteou administrativamente o seguro DPVAT, contudo, de acordo com o endereço eletrônico da Seguradora demandada, o sinistro 3190443237 encontra-se negado, em razão do não recebimento da documentação complementar solicitada, necessária à análise do pedido de seguro DPVAT, conforme consulta acostada no Id 28839070.

Intimado para, emendando a inicial, justificar o interesse de agir da presente demanda, já que não ocorreu a negativa do mérito do pedido administrativo pela Seguradora promovida, o autor



afirmou que apresentou toda a documentação necessária, não restando outro meio a não ser o judicial para o recebimento da indenização que entende devida.

Com efeito, o que tenho visto, frequentemente, são requerimentos administrativos premeditadamente mal instruídos com o simples propósito de forçar o cancelamento ou a negativa dos pedidos e para que sirvam tão somente para ultrapassar a regra da necessidade do prévio requerimento administrativo e legitimar o pleito judicial.

Registre-se que *não estou afirmando ser a hipótese dos autos*, mas que o presente caso se enquadra na condição de requerimento administrativo mal instruído não resta dúvida.

O seguro DPVAT não indeniza a simples lesão/fratura, mas a sequela que ficar em decorrência dela. Pela documentação apresentada pelo autor, não se tem informação de sequela, mas apenas de fratura. Uma fratura, se adequadamente tratada, não necessariamente deixa sequela.

Contudo, embora pudesse ser sanada a ausência da indicação de invalidez permanente, fato é que o requerimento administrativo prévio mal instruído equivale a sua inexistência.

Com efeito, tenho que inexistente pretensão resistida a justificar a intervenção do Judiciário. Não há nem mesmo indício de ameaça a direito.

Neste ponto, considerando que o interesse de agir se constitui em uma das condições da ação, falta, à presente causa, um de seus *pilares de sustentação*, de molde a ensejar a extinção do feito.

Ante o exposto, **INDEFIRO a petição inicial e JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO**, nos termos do art. 330, III, do CPC/2015, por ausência de interesse processual, já que inexistente qualquer indício que informe a necessidade do uso da ação judicial para resolução da questão trazida ao conhecimento do Judiciário.

Condeno o(a) promovente ao pagamento das custas processuais. Entretanto, a cobrança dessas obrigações fica, contudo, nos termos do art. 98 da Lei Processual Civil de 2015, suspensa, até prova da aquisição de condições pela parte demandante, dada a gratuidade judiciária concedida neste ato.

Publicação e registro eletrônicos.

Intime-se.

Por fim, atente-se a Escrivania para que, não interposta a apelação, **intime-se** a parte promovida do trânsito em julgado da sentença, conforme o art. 331, § 3º, do CPC/2015.

Após, **arquivem-se** os presentes autos, observando as cautelas de estilo.

Advogado: PATRICIO CANDIDO PEREIRA OAB: PB13863-B Endereço: desconhecido



Campina Grande, em 17 de abril de 2020.

De ordem, ANALINE BORGES CIRNE



EM ANEXO - PDF



EXCELENTÍSSIMO(A) Sr(A) Dr(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA **8ª VARA CÍVEL** DA
COMARCA DE **CAMPINA GRANDE/PB**,

PROCESSO: **0802500-14.2020.8.15.0001**

AÇÃO DE COBRANÇA – DPVAT POR INVALIDEZ

RECORRENTE: **PEDRO SILVA DE MELO**

RECORRIDA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

PEDRO SILVA DE MELO, já devidamente qualificado nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA, que move contra **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, em tramite perante este Juízo e respectivo Cartório, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, perante, Vossa Excelência, inconformado em parte com a r. Sentença prolatada no ID Nº 29934461, com fulcro nos art. 1015 e ss do Novo Código de Processo Civil, vem interpor

RECURSO DE APELAÇÃO

(Requerimento administrativo de DPVAT negado)

requerendo se digne Vossa Excelência, determinar o regular processamento das razões em anexo, e recebendo-o em ambos os efeitos, remetendo os autos a Instancia Superior, obedecidas às formalidades legais.

Deixa de anexar ao presente o preparo, visto que, a Recorrente, pleiteou os benepícios da Justiça Gratuita, por ser pobre na forma da Lei, tendo sido deferida.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Campina Grande/PB, 20 de maio de 2020.

Patrício Cândido Pereira
OAB/PB 13.863-B



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ PRESIDENTE DE UMA DAS
EGRÉGIAS CÂMARAS CÍVEIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA
PARAIBA,

PROCESSO: **0802500-14.2020.8.15.0001**

AÇÃO DE COBRANÇA – DPVAT POR INVALIDEZ

RECORRENTE: **PEDRO SILVA DE MELO**

RECORRIDA: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
VARA DE ORIGEM: 8ª VARA CÍVEL DE CAMPINA GRANDE/PB

RAZÕES DO RECURSO APELATÓRIO:

COLEND A CÂMARA CÍVEL,
MM. JULGADORES,
ÍNCLITO RELATOR(A).

PEDRO SILVA DE MELO, já devidamente qualificado nos autos da ação em
epígrafe, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve,
vem perante Vossa Excelência, apresentar suas **RAZÕES DO RECURSO
APELATÓRIO**, expondo e ao final requerendo o seguinte:

DA MODIFICAÇÃO DA REFERIDA SENTENÇA:

*“Ante o exposto, INDEFIRO a petição inicial e JULGO EXTINTO O
PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 330, III, do
CPC/2015, por ausência de interesse processual, já que inexistente qualquer
indício que informe a necessidade do uso da ação judicial para resolução
da questão trazida ao conhecimento do Judiciário.*

*Condeno o(a) promovente ao pagamento das custas processuais.
Entretanto, a cobrança dessas obrigações fica, contudo, nos termos do
art. 98 da Lei Processual Civil de 2015, suspensa, até prova da aquisição de
condições pela parte demandante, dada a gratuidade judiciária concedida
neste ato.*

*Publicação e registro eletrônicos.
Intime-se.” – GRIFAMOS*



O Apelante ajuizou a presente demanda, AÇÃO DE COBRANÇA, pleiteando junto ao Poder Judiciário a indenização do seguro obrigatório DPVAT decorrente de acidente de trânsito por INVALIDEZ.

Nisto, Nobres Desembargadores, a petição inicial foi devidamente instruída com os documentos necessários para concessão da indenização do seguro obrigatório DPVAT como: Boletim de Ocorrência Policial, Declaração do SAMU, Prontuário médico do HETDLGF e outros documentos, bem como, A JUNTADA DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO negado.

Em que pese o profundo entendimento jurídico do Douto Magistrado “a quo”, entende o recorrente, que a r. sentença no ID N° 29934461, não se encontra em conformidade com a norma legal, visto que, na sentença guerreada, existe comprovante de requerimento administrativo negado, através do sinistro n° 3190443237, procedimento realizado antes da propositura da ação, bem como, atendidos todos requisitos obrigatórios para requerimento do mesmo.

SINISTRO 3190443237 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA PEDRO SILVA DE MELO
COBERTURA Invalidez
PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO
CORREIOS
BENEFICIÁRIO PEDRO SILVA DE MELO
CPF/CNPJ: 11357697457

Posição em 05-02-2020 10:13:59

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado

Doutos Julgadores, o recorrente requereu administrativamente junto a Seguradora Lider, onde em nenhum momento foi inerte, cumpriu com a juntada de toda documentação necessária ao deslinde da mesma.

Assim, NÃO HÁ DO QUE SE FALAR EM INSTRUÇÃO DEFICIENTE – INEXISTENCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA.

O MM. JUIZ “a quo”, na sua sentença aduz que o recorrente não atende os requisitos a propositura da demanda, por isto, julgou sem mérito, afirmando que não apontou quais documentações foram inconclusivas, com base no art. 330, III, do CPC.

Pasmem!!!

Merece reforma total a sentença proferida pelo MM. Juiz de Primeiro Grau, tendo em vista ter contrariado frontalmente os princípios constitucionais



DO LIVRE ACESSO A JUSTIÇA E DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO ESTABELECIDOS no artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal.

Na petição de emenda juntada no ID nº 29576831, trouxemos todas as explicações necessárias ao desenvolvimento da lide.

Excelências, existe uma obrigatoriedade imposta pela Seguradora líder de só receber processos administrativos com toda documentação necessária, onde se estiver faltando, no caso de LAUDOS pela impossibilidade, o requerente assina uma declaração padrão que eles fornecem.

Assim, toda vez que a seguradora líder fica requerendo tais documentos, tem o intuito único e exclusivo de procrastinar a lide. E tem mais, mesmo enviando a documentação como requerida pela Líder, tais pedidos são negados da mesma forma, porque gerou uma suposta pendência, a qual não deveria existir, tendo em vista que **o processo só é recepcionado com toda documentação exigida pela promovida.**

Simple assim, os Correios só recebem a documentação completa, basta diligenciar, que será comprovada tal afirmação.

 **Seguradora Líder - DPVAT** **SEGURO DPVAT - PROTOCOLO DE REC**

IDENTIFICAÇÃO

VÍTIMA _____

DATA DO ACIDENTE _____ CPF DA VÍTIMA _____

PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO _____

QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR () VÍTIMA () REPRESENTANTE LEGAL, CUJO PARANTESCO COM A VÍTIMA É _____

ENDEREÇO DO PORTADOR _____

Nº _____ COMPLEMENTO _____ BAIRRO _____

CIDADE _____ UF _____ CEP _____

E-MAIL _____ TELEFONE (____) _____

MARQUE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:

DOCUMENTOS BÁSICOS - INVALIDEZ PERMANENTE

() REGISTRO DE Ocorrência expedido pela autoridade policial (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)

() CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)

() CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)

() LAUDO DO IML (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)

() NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR O LAUDO DO IML: DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML (ORIGINAL) ASSINADA PELA VÍTIMA E RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE (ORIGINAL), QUE COMPROVE A EXISTÊNCIA DA INVALIDEZ PERMANENTE, COM A DATA DA ALTA DEFINITIVA

() BOLETIM DE ATENDIMENTO HOSPITALAR OU AMBULATORIAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)

() COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)

() AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO



PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE DATA _____ IDENTIDADE _____ ASSINATURA _____	RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NOS CORREIOS DATA _____ MATR. CORREIOS _____ NOME _____ ASSINATURA _____
--	---

O mais agravante, Excelências, é que quando as pessoas se dirigem aos Correios, pra suprirem tais exigências, deixam a documentação lá e não recebem comprovação de que atenderam pela segunda vez tal exigência.

Isso é público e notório.

Vamos a análise do caso concreto, no que tange as pendências solicitadas pela seguradora líder/promovida.

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190443237
 Vítima: PEDRO SILVA DE MELO
 Data do Acidente: 23/12/2017
 Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), PEDRO SILVA DE MELO

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Autorização de pagamento incompleto(a), necessário apresentar o documento completo sem rasuras ou abreviações.

Documentação médico-hospitalar incompleto(a), necessário apresentar o documento completo sem rasuras ou abreviações.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Na carta da seguradora, aduz que a **AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO NÃO CONCLUSIVA**, entretanto, não fala em que se dá tal inconclusividade, apenas aduz que não deve conter rasuras. Para tanto, trata-se de um formulário em que o autor apenas assina e anexa copia do cartão bancário.

Aduziu também, **que o PRONTUARIO MEDICO HOSPITALAR está incompleto. Nesse caso, além do apelante ter enviado impresso integralmente, também, foi entregue o CD fornecido pelo Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes.**



Será Excelência, que não seria mais cômodo e mais rápido tal recebimento em tal via, qual o interesse do apelante em procrastinar tal recebimento.

Diante disso, ressaltamos a Vossas Excelências, **que a negativa não se deu por inépcia do apelante. Se deu sim, por fatos alheios a sua vontade, que obstruem seu direito em receber o seguro DPVAT, indenização prevista em Lei e direito de todos aqueles que sofrem acidentes de trânsito, as quais devem ser pagas mediante simples provas do acidente.**

Observa-se, Preclaros Desembargadores, que A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, responsável pelo pagamento das indenizações, emerge no mercado como se fosse suprema, obedecendo apenas as normas do CNSP e SUSEP, as quais utilizam-se de parâmetros absolutamente nefastos, onde se faz necessário a interferência do Poder Judiciário, para fazer valer a Lei.

-DA DETERMINAÇÃO LEGAL – LEI 6.194/74:

O art. 5º da Lei n.º 6.194/74, prevê como necessário para o pagamento da indenização relativa ao seguro DPVAT, *in verbis*:

"O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente", independentemente da existência de culpa.

A redação do mencionado dispositivo não limita os meios de prova a serem utilizados para a demonstração da ocorrência do acidente, sendo dispensável a apresentação de boletim de ocorrência, desde que os demais elementos dos autos sejam suficientes para comprovar o acidente envolvendo veículo automotor de via terrestre e a morte ou a incapacidade dele decorrente.

Nessa esteira, tal *decisium* se encontra em desconformidade o que trata a Lei 6.194/7, merecendo desde já ser reformada e que seja os autos devolvidos, para sua tramitação processual, com determinação de perícia medica no recorrente.

Ademais, o apelante tentou na via administrativa receber o seguro a qual faz *jus*, porém não obteve êxito por exigências de documentos que não são exigíveis na legislação regulamentar do DPVAT.



Destarte, tal exigência, viola o princípio constitucional do acesso à Justiça, inserto no inciso XXXV do art. 5º da Constituição da República, segundo o qual **a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.**

Dessa forma tal requerimento administrativo foi realizado, com a negativa que não haveria pagamento do seguro devido a documentação exigida, que conforme explicitado foi apresentada pelo apelante.

O conjunto probatório carreado aos autos demonstra claramente que: a) o autor sofreu o acidente, b) que o autor possui danos físicos decorrentes deste. Tais documentos mostram-se plenamente suficientes, aliados ainda à perícia médica - requerida pelo apelante e que certamente será determinada por Vossas Excelências - para demonstrar o lícito direito pleiteado nestes autos.

Diante do exposto, pugna-se pela reforma da r. Decisão, requerendo o julgamento do mérito da presente ação, bem como sejam julgados procedentes os pedidos da inicial, determinando-se a realização de perícia médica designando um médico ortopedista que apure o grau de invalidez acometido pelo apelante, para assim condenar-se a apelada nos exatos termos da lei.

-DA JURISPRUDENCIA:

A respeito do prévio requerimento administrativo, o Supremo Tribunal Federal assim se manifestou: *“Esta corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao poder judiciário, previsto no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo plenário da corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso.”* (STF Re: 839.353 MA, relator: Min. Luiz Fux, Data de Julgamento: 04/02/2015, Data de Publicação: DJE-026 divulg. 06/02/2015 e public. 09/02/2015). (grifo nosso)

Como visto, embora o STF tenha firmado tese acerca da necessidade de requerimento administrativo prévio, deixou claro que tal requisito não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas.



Segundo o entendimento fixado pelo egrégio STF, por meio de julgamento de repercussão geral, para o ajuizamento de ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT é necessário a comprovação de prévio pedido administrativo, não sendo necessário, entretanto, o esgotamento dessa via. Confira-se a ementa do referido julgado:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240-RG. 1. O estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no art. 5.º, XXXV, da Constituição Federal, conforme firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso. 2. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejar a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracteriza após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas. (...) (STF, RE 839.314, Rel. Min. LUIZ FUX, julgado em 10/10/2014, publicado em 16/10/2014) (grifamos)

Assim, têm se manifestado nossos Tribunais Pátrios:

Classe: APELAÇÃO
Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível
Relator: Des. Maria das Graças Moraes Guedes
Origem: TJPB - Tribunal Pleno, Câmaras e Seções Especializadas
Tipo do documento: Acórdão
Data de juntada: 25/09/2018

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT C/C REPARAÇÃO DE DANOS. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. DEVIDA COMPROVAÇÃO DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. PRESENÇA DA CONDIÇÃO DA AÇÃO. INTERESSE PROCESSUAL CONFIGURADO. ANULAÇÃO DO DECISUM. RETORNO À ORIGEM PARA O REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO. PROVIMENTO. Nas ações do Seguro DPVAT não há de se falar em ausência de interesse processual quando o autor traz na inicial prova da lide administrativa.

“SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE DE AGIR PRESENTE. RECURSO IMPROVIDO. VERIFICA-SE QUE A AUTORA PLEITEOU O PAGAMENTO NA VIA ADMINISTRATIVA, TENDO SEU REQUERIMENTO CANCELADO. ASSIM, NÃO HÁ QUE SE FALAR DE AUSÊNCIA DESSE REQUERIMENTO PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. PRESCRIÇÃO, PRAZO DE TRÊS ANOS, POR INCIDÊNCIA DO ARTIGO 206, § 3º, IX, DO CÓDIGO CIVIL. INOCORRÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO. 1. O seguro DPVAT é de responsabilidade civil, aplicando-se o artigo 206, § 3º, inciso IX, do Código Civil, diante da interpretação conferida à norma intertemporal prevista em seu artigo 2028. 2. No caso em exame, o termo inicial da contagem é a data em que o segurado teve conhecimento inequívoco da existência de incapacidade



permanente. E a prova produzida permite reconhecer que o ajuizamento ocorreu em tempo oportuno, o que determina o acolhimento do inconformismo. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. CORREÇÃO MONETÁRIA. INÍCIO DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES QUE COINCIDE COM A DATA DO SINISTRO. RECURSO IMPROVIDO. Considerando que a obrigação da seguradora ao pagamento de indenização se tornou devida na data do sinistro, a correção monetária tem incidência a partir desse momento, de modo a assegurar efetivamente a reparação que se busca. Impossível se considerar a data do ajuizamento da ação, porque acarretaria injusto perdimento à autora, que não teria assegurado o pagamento do exato valor. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. PREVALECIMENTO DA RESPONSABILIDADE SUCUMBENCIAL. RECURSO IMPROVIDO, COM OBSERVAÇÃO. O conjunto probatório permite alcançar plena convicção quanto à existência do acidente e dos danos dele decorrente. E uma vez condenada a ré ao cumprimento da obrigação, daí decorre necessariamente a sua responsabilidade pelas verbas sucumbenciais. Em razão do resultado, na forma do artigo 85, § 11, do CPC, eleva-se a verba honorária sucumbencial para 15% do valor da condenação.” (TJSP; APL 1005582-33.2015.8.26.0100; Ac. 10620984; São Paulo; Trigesima Primeira Câmara de Direito Privado; Rel. Des. Antonio Rigolin; Julg. 25/07/2017; DJESP 02/08/2017; Pág. 2053) – (grifo nosso).

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO - DPVAT - FALTA DE INTERESSE DE AGIR - GRAU DE INVALIDEZ - LAUDO PERICIAL- CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento dos Recursos Extraordinários nº. 839.314 e 824.704, entendeu que nas ações de cobrança do seguro DPVAT, para que exista pretensão resistida e necessidade de intervenção jurisdicional é imprescindível o prévio requerimento administrativo, todavia, **é dispensável o esgotamento das vias administrativas.** É devida a indenização do seguro DPVAT após comprovação do grau de invalidez do segurado. A correção monetária da indenização sobre a invalidez permanente deve incidir desde a data do sinistro até o efetivo pagamento. (TJ-MG - AC: 10000190323592001 MG, Relator: Estevão Lucchesi, Data de Julgamento: 11/06/0019, Data de Publicação: 14/06/2019)

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. SEGURO DPVAT. DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. RECURSO ADESIVO. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. Trata-se, como visto no sumário relatório, de ação de cobrança, relativa à indenização do seguro obrigatório previsto na Lei nº 6.194/74 (DPVAT), convertida na Lei nº 11.945/2009, julgada parcialmente procedente na origem. A ausência de envio de solicitação extrajudicial não justifica a extinção da demanda, haja vista a desnecessidade do esgotamento da via administrativa, de acordo com a exegese do artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal. Ademais, **o requerimento administrativo encaminhado à seguradora ré é considerado válido para comprovar a pretensão resistida no âmbito administrativo.** A verba honorária deve ser fixada levando em conta os pressupostos elencados no artigo 85, § 2º do CPC/15, ou seja, o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa. Manutenção do quantum fixado a título de honorários advocatícios, pois atingido os pressupostos básicos referidos alhures. APELAÇÃO E RECURSO ADESIVO DESPROVIDOS. (Apelação Cível Nº 70079777371, Sexta Câmara Cível, Tribunal



de Justiça do RS, Relator: Niwton Carpes da Silva, Julgado em 13/12/2018). (TJ-RS - AC: 70079777371 RS, Relator: Niwton Carpes da Silva, Data de Julgamento: 13/12/2018, Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 18/12/2018)

APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, HAJA VISTA A AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DOS AUTORES. AUSÊNCIA DE PROVOCAÇÃO DA SEGURADORA NA ESFERA ADMINISTRATIVA. JUNTADA DE CORRESPONDÊNCIA ENVIADA PELA SEGURADORA, EXIGINDO A COMPLEMENTAÇÃO DE DOCUMENTOS. PRETENSÃO RESISTIDA. CONFIGURAÇÃO. SENTENÇA CASSADA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA O REGULAR PROCESSAMENTO DO FEITO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJPR - 10ª C. Cível - 0014092-32.2018.8.16.0001 - Curitiba - Rel.: Juíza Elizabeth de Fátima Nogueira - J. 04.07.2019)

-DO REQUERIMENTO:

Sendo inconteste o direito do RECORRENTE e tendo sido contrariada a Lei federal nº 6.194/74, em comento, este REQUER:

a) diante do fato da petição inicial encontrar-se apta à propositura da ação, requeremos o provimento do presente Recurso Apelarório anulando a sentença hostilizada, PUGNANDO PELA REMESSA DOS AUTOS PARA O PRIMEIRO GRAU, PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO, COM A CITAÇÃO DA RECORRIDA, E EM SEGUIDA, DETERMINAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE PERICIA MEDICA, PARA FINS DE AVERIGUAÇÃO DA INVALIDEZ DO RECORRENTE;

b) que seja o RECORRIDO, condenado ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes arbitrados por esta Câmara;

c) reitera, na íntegra, os termos do pedido de isenção de custas judiciais, já deferido pelo juízo de primeiro grau, nos termos da Lei nº 1.060/50, pois continua o(a) RECORRENTE não podendo arcar com tais custas sem prejuízo do próprio sustento e da família.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Campina Grande/PB, 19 de maio de 2020.

Patrício Cândido Pereira
OAB/PB 13.863-B





Estado da Paraíba - Poder Judiciário
Comarca de Campina Grande
Juízo de Direito da 8.ª Vara Cível
Fórum Affonso Campos, rua Vice-prefeito Antônio Carvalho de Sousa, s/n, Estação Velha,
Campina Grande-PB – Telefone (083) 3310-2540 – CEP 58.410-050

Número do Processo: 0802500-14.2020.8.15.0001

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: [Acidente de Trânsito]

AUTOR: PEDRO SILVA DE MELO

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certidão de Ato Ordinatório

ATO ORDINATÓRIO nº 4, do Anexo abaixo, praticado nos termos da Portaria 01/2017 da 8ª Vara Cível da Comarca de Campina Grande, da M.M. Juíza Dra. Lua Yamaoka Mariz Maia Pitanga, por:

(x) mandado via sistema

- ☐ mandado via Oficial de Justiça
- ☐ precatória
- ☐ ofício
- ☐ via postal
- ☐ edital
- ☐ em cartório
- ☐ outros - _____

ANEXO – ATOS ORDINATÓRIOS

- 1. Cumprir, de imediato e com prioridade, independentemente de despacho, as cartas precatórias aportadas neste Juízo, inclusive designar audiência de acordo com a pauta, devendo solicitar documentação faltante ou oficiar ao recolhimento das diligências necessárias, se for o caso.**
- 2. Ao verificar existência de recurso de apelação, intimar a parte contrária para contrarrazões/recurso adesivo no prazo de 15 (quinze) dias.**
- 3. Remeter ao TJPB, com ou sem a apresentação de contrarrazões, processos com apelações.**
- 4. Em caso de improcedência liminar ou indeferimento da inicial, havendo a interposição de recurso apelatório, proceder à citação da parte demandada para responder o recurso no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 332, § 4º, do CPC.**
- 5. Ao verificar a oposição de embargos de declaração, com ou sem efeitos infringentes, certificar a tempestividade, fazendo conclusão na hipótese de intempestividade, ou intimando a parte contrária para contrarrazões.**
- 6. Transitada em julgado a sentença que julgou improcedente liminarmente ou indeferiu a petição inicial, intimar o réu nos termos do art. 241 e 332, § 2º do CPC.**
- 7. Desentranhar e devolver ao Oficial de Justiça mandado cumprido de forma incompleta e/ou faltando qualquer documento que deva acompanhá-lo, para complementação da diligência. No caso do PJE, expedir novo mandado destinado ao Oficial de Justiça que cumpriu parcialmente a diligência.**
- 8. Em caso de desistência, com contestação nos autos, intimar a parte contrária acerca do pedido declinatório no prazo de cinco dias.**
- 9. Intimar o credor para indicar bens penhoráveis do devedor em vinte dias, após o Oficial de Justiça certificar**



que não encontrou bens passíveis de penhora pertencentes ao executado.

10. Fazer retornar ao arquivo processo desarquivado a pedido da parte, quando essa não requerer o que entender de direito em 15 (quinze) dias.

Campina Grande-PB, 18 de junho de 2020

ANALINE BORGES CIRNE

Anal./Téc. Judiciário





Poder Judiciário da Paraíba
8ª Vara Cível
Comarca de Campina Grande

Processo nº 0802500-14.2020.8.15.0001

DESTINATÁRIO(A): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Edifício Citibank_**, 100, 26 ANDAR - RUA DA ASSEMBLEIA, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011-904

REMETENTE:

UNIDADE JUDICIÁRIA: 8.ª VARA CÍVEL DE CAMPINA GRANDE - FÓRUM AFFONSO CAMPOS

RUA: VICE-PREFEITO ANTÔNIO CARVALHO DE SOUSA, S/N
BAIRRO: ESTAÇÃO VELHA

CIDADE: CAMPINA GRANDE-PB
CEP: 58.410-050

Nº do processo: 0802500-14.2020.8.15.0001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto(s): [Acidente de Trânsito]
AUTOR: PEDRO SILVA DE MELO
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CARTA DE CITAÇÃO

De ordem do MM Juiz de Direito deste Juízo, em cumprimento ao despacho proferido nos autos da ação acima identificada, CITO **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (Edifício Citibank_**, 100, 26 ANDAR - RUA DA ASSEMBLEIA, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20011-904)** para contrarrazoar o recurso de apelação interposto pela parte autora no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 332, § 4º, do CPC.



De ordem,

ANALINE BORGES CIRNE

Téc./Anal. Judiciário

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ, A SENTENÇA, A APELAÇÃO E DEMAIS DOCUMENTOS ACESSE O LINK:
<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	2002070933596210000002707
ação de DPVAT- invalidez - Pedro da Silva de Melo	Outros Documentos	2002070933597330000002707
comprovante de negativa administrativamente junto a lider	Documento de Comprovação	2002070933599950000002707
documentos pessoais e comprovante de residencia em nome da mae	Documento de Identificação	2002070934001220000002707
boletim policial	Documento de Comprovação	2002070934002520000002707
declaração do SAMU	Documento Termo de Fiança	2002070934004250000002707
prontuario medico - HETDLGF (1)	Documento de Comprovação	2002070934008490000002707
prontuario medico - HETDLGF (2)	Documento de Comprovação	2002070934010420000002707
Guia de custas previas	Documento de Comprovação	2002070934012320000002707
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	2002071045170630000002707
Mandado	Mandado	2002071045599900000002707
Certidão de Decurso de prazo autora	Certidão de Decurso de prazo	2002280812187560000002758
juntada de procuração	Petição	2003020909185190000002762
procuração publica	Procuração	2003020909187050000002762
Despacho	Despacho	2003090840236750000002779
Consulta - DPVAT - 0802500-14.2020	Documento de Comprovação	2003090840238270000002779
Mandado	Mandado	2003131220535070000002802
Petição	Petição	2004150933327750000002872
petição - justificativa de negativa administrativa por não recebimento de documentação complementar	Documento de Comprovação	2004150933330060000002872
documentos comprobatórios	Documento de Comprovação	2004150933331850000002872
Sentença	Sentença	2004170823447930000002878
Mandado	Mandado	2004171104105160000002880
Apelação	Apelação	2005200924003660000002957
Apelação - carencia de ação - falta de interesse de agir - suposto pedido administrativo deficiente	Apelação	2005200924005690000002957
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	2005201253306730000002958



Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	2006181404201710000003037
-----------------	-----------------	---------------------------

